



ATA
3ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE
DO PARANÁ CES/PR



- 1 **Data:** 10 de maio de 2006
2 **Horário:** 08:30 às 19:00 horas
3 **Local:** Auditório da SESA/ISEP - Rua Piquiri, 170.
4 **Conselheiros membros**

	Nome	Frequência	Condição	Órgãos, Entidades e Instituições
	Usuários			
1.	Custódio Rodrigues do Amaral	Presente	Titular	ADOC
	Miguel Tiago da Hora	Presente	Suplente	ADOC
2	Ana Maria Figueiredo	Presente	Titular	ADVT-APLER
	Luciane M. Baptista	Ausente	Suplente	Fórum paranaense de ONGs/AIDS
3	Valdir Donizete de Moraes	Presente	Titular	ECOFORÇA
	Roberto Cauneto Picorelli	Presente	Suplente	ECOFORÇA
4	Ruy Pedruzzi	Presente	Titular	FAMPEAPAR
	Arlete Antonia Brunholi Xavier	Presente	Suplente	FAMPEAPAR
5	Abrelino Masiero	Ausente	Titular	FAMPEPAR
	Ercílio Santinoni	Ausente	Suplente	FAMPEPAR
6	Joel Tadeu Corrêa	Presente	Titular	FAMOPAR
	Euclides Gonçalves	Presente	Suplente	FAMOPAR
7	David Lupion Fernandes	Presente	Titular	Fed. das Assoc. de Pastores do PR
	Carlos Jefferson dos Santos	Presente	Suplente	Fed. das Assoc. de Pastores do PR
8	Maria Elvira de Araújo	Presente	Titular	FATIPAR
	João Maria Lérias	Presente	Suplente	FATIPAR
9	Amaury César Alexandrino	Presente	Titular	DEFIPAR
	José Apolinário Filho	Presente	Suplente	DEFIPAR
10	Jonas Braz	Presente	Titular	FNU
	Ivanor de Oliveira Valentini	Presente	Suplente	FNU
11	Antônio Lúcio Zarantonello	Presente	Titular	FETAEP
	Regina Léscio Barbato	Ausente	Suplente	FETAEP
12	Amauri Ferreira Lopes	Presente	Titular	Fórum paranaense de ONGs/AIDS
	Paulo Reissinho de Paula	Justificado	Suplente	Fórum Popular de Saúde
13	Manoel Rodrigues do Amaral	Presente	Titular	Instituto Afro-Brasileiro do PR.
	Máximo Francisco dos Reis	Presente	Suplente	Instituto Afro-Brasileiro do PR.
14	Hermínia M. Schuartz	Ausente	Titular	Movimento de Mulheres Camponesas do Paraná
	Célia Maria Alves dos Santos	Ausente	Suplente	Movimento de Mulheres Camponesas do Paraná
15	Livaldo Bento	Ausente	Titular	MOPS
	Irene de Jesus Macena	Ausente	Suplente	MOPS
16	Genecilda Lourenço Gotardo	Ausente	Titular	MST
	Luiz Aníton Strasser	Ausente	Suplente	MST
17	Lurdes Engelmann	Presente	Titular	Pastoral da Criança
	Marilde Luzia Fávero	Presente	Suplente	Pastoral da Criança
18	Jaime de Oliveira Ferreira	Presente	Titular	SINDPETRO
	Claudiney Batista	Ausente	Suplente	SINDPETRO
	Profissionais de Saúde		Condição	Entidade
1	Leila Soares Seiffert	Ausente	Titular	ABEn
	Lili Purim Neihues	Presente	Suplente	C.R. de Nutrição
2	Antônio Garcez Novaes	Presente	Titular	C.R. de Farmácia
	Cleunice Fidalski	Ausente	Suplente	C.R. de Farmácia

9
10
11
12
13
14
15



ATA
3ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE
DO PARANÁ CES/PR



3	Léia H. Noguti	Presente	Titular	C.R. de Fisioterapia e Terapia Ocupacional
	Oswaldino Moreira Só	Presente	Suplente	ABRASA
4	Marina Hiromi Assanuma	Presente	Titular	C.R. de Medicina Veterinária
	Luiz Sallim Emed	Presente	Suplente	C.R. de Medicina
5	César José Campagnoli	Presente	Titular	C.R. de Odontologia
	Ruy Barbosa dos Santos	Ausente	Suplente	C.R. de Odontologia
6	Tereza Lopes Miranda	Presente	Titular	C.R. de Serviço Social
	Thereza Cristina de Arruda S. D'Espindula	Ausente	Suplente	C.R. de Psicologia
7	João Carlos Mira	Presente	Titular	Conselho dos Sindicatos dos Servidores Públicos Municipais do Estado do Paraná
	Marcos Rogério Ratto	Presente	Suplente	Conselho dos Sindicatos dos Servidores Públicos Municipais do Estado do Paraná
8	José Carlos leite	Presente	Titular	SINDPREVS
	João Maria de Oliveira	Presente	Suplente	SINDPREVS
9	Elfrida Karoll Andrezza	Presente	Titular	SINDSAÚDE/PR
	Graziela Basso Sternheim	Ausente	Suplente	SINDSAÚDE/PR
	Prest. De Serviços de Saúde		Condição	Entidade
1	Rosita Márcia Wilner	Ausente	Titular	FEMIPA
	Moacir A. dos Santos	Ausente	Suplente	FEMIPA
2	José Francisco Schiavon	Ausente	Titular	FEHOSPAR
	Raymundo Margues Machado	Presente	Suplente	FEHOSPAR
3	Alfredo Franco Ayub	Ausente	Titular	ACISPAR
	Deise Sueli de Pietro Caputo	Presente	Suplente	ACISPAR
4	Francisco E. Alves de Souza	Ausente	Titular	UEL
	Celso Fernandes de Araújo	Ausente	Suplente	UFPR
	Gestores		Condição	Entidade
1	Antonio Carlos Nardi	Justificado	Titular	COSEMS
	Matheos Chomatas	Presente	Suplente	COSEMS
2	Cristiana R. Façanha	Ausente	Titular	COSEMS
	Luiz Fernando Zarpelon	Ausente	Suplente	COSEMS
3	Luiz Fernando de O Ribas	Ausente	Titular	ISEP
	Sandra Tolentino	Presente	Suplente	ISEP
4	Carlos Manuel A. dos Santos	Presente	Titular	SESA
	Vanessa Maciel Pissetti Muniz	Presente	Suplente	SESA
5	Ana Maria de Nóbrega de Goes	Presente	Titular	Ministério da Saúde/FUNASA
	Tânia Margaret Piassa	Ausente	Suplente	Ministério da Saúde/FUNASA

5Desenvolvimento da Reunião: **1. Expediente interno, 2. Ordem do Dia, 2.1 Para deliberação, 2.1.1.**
6Apreciação da pauta – 5 min. **2.2 Para discussão temática e deliberação, 2.2.1 –** Lei de Diretrizes
7Orçamentárias - LDO, 2.2.2 – Lei Orçamentária Anual - LOA. **Valdir –** Bom dia para todos. Já foi verificado
8pela lista de presença, constatado o quorum para darmos início a nossa reunião. Cuja a pauta, 3ª Reunião
9Extraordinária do CES/PR, dia 10 de maio de 2006 das 8:30 às 19:00 horas. Ponto 1, Expediente Interno.
10Ponto 2, Ordem do Dia. 2.1. para a deliberação, a apreciação da pauta. 2.2, para discussão Temática e
11deliberação, Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, Lei de Orçamentária Anual - LOA. O expediente interno,
12nós temos o ofício número 897 do CREFITO 8, que o Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia
13Ocupacional da Oitava Região CREFITO 8, informa que a profissional terapeuta ocupacional, Dra. Léia
14Hidemi Nogut, é conselheira e coordenadora das comissões do Conselho Estadual de Saúde, em
15substituição do Dr. Edson Luiz Machado de Camargo. Dra. Léia se encontra? Seja bem vinda, se quiser se
16apresentar fazer uso da palavra fique a vontade. Você é de Curitiba? Seja bem vinda. Fique a vontade

17
18
19
20
21
22
23



ATA
3ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE
DO PARANÁ CES/PR



17entre nós e não se assuste muito. Temos o ofício número 03 de 2006, Instituto Afro Brasileiro do Paraná,
18solicitando a substituição dos seguintes conselheiros: Sr. Manoel Rodrigues do Amaral em substituição ao
19conselheiro Valdir Isidoro Silveira como titular nesse conselho. Sr. Máximo Francisco dos Reis em
20substituição ao conselheiro Manoel Rodrigues do Amaral como suplente nesse conselho. Bom o Manoel esta
21sempre participando aqui, é só pegar o geton depois. E o seu Máximo que já deve estar aparecendo por ai,
22já é conselheiro, o ano passado já participou deste conselho, então este comunicado. Temos o ofício da
23Diretoria Superintendente do Hospital Universitário, ofício número 152. Prezado Senhor, em razão da minha
24candidatura ao cargo de Diretor Superintendente no processo eleitoral que se encontra em curso no
25Hospital Universitário da Universidade Estadual de Londrina, visando a eleição dos diretores super
26intendente clinico, administrativo, de enfermagem para o mandato compreendido entre 20 de junho de
272006 a 10 de junho de 2010, venho solicitar o meu afastamento das funções de Presidente do Conselho
28Estadual de Saúde por um período de 30 dias a contar da data de hoje, (08/05/2006). Esclareço a minha
29inscrição como candidato encontra-se deferida pela Comissão Eleitoral estando a eleição prevista para a
30data de 31 de maio de 2006. Permanecendo à disposição para esclarecimento necessário sub escrevo-me,
31externando a Vossa Senhoria e os demais Conselheiros, os meus agradecimentos pela atenção e
32colaboração prestados. Dr. Francisco Eugênio Alves de Souza, Presidente do Conselho Estadual de Saúde
33do Paraná. 30 dias a partir do dia 8 de maio, então ate o dia 8 de junho. E colocar aqui também que
34chegou o convite do COSEMS, convidando para participar do 22º Congresso Estadual dos Secretários
35Municipais de Saúde, sobre o tema "Pacto pela Saúde", que acontecera de 17 à 19 de maio de 2006, no
36município de Foz do Iguaçu, no Raffain Palace Hotel. Tem a programação que no dia 17 reunião do
37COSEMS das 10:00 ao 12:00 e das 13:30 às 18:00 horas, reunião da Comissão Intergestora Bipartite, às
3820:00 horas Abertura Oficial. E no dia 18 e 19 haverá oficinas sobre Financiamento e Contratualização de
39Saúde. Atenção Básica em Saúde, o novo Pacto de Gestão do SUS. Gestão do Trabalho e Educação na
40Saúde. Promoção e Vigilância em Saúde, o valor da inscrição R\$ 120,00. Vamos passar para a ordem do
41dia, 2.1 para a deliberação. 2.2.1 Apreciação da pauta. 2.2.2 Discussões temáticas e deliberações. 2.2.1 Lei
42de Diretrizes Orçamentária LDO. 2.2.2 Lei Orçamentária Anual. Esta em inscrição a pauta da reunião de
43hoje. Então se ninguém tem nenhuma adento a fazer, submete a apreciação. Alguém contrario a esta
44pauta? Alguma abstenção? Enquanto a gente aguarda os convidados para dar início, também vamos passar
45a palavra e pedir para a Clarice que é representante do Ministério Público para dar uma palavra. **Clarice** –
46Eu só quero fazer uma comunicação triste enquanto a assistente social e categoria. Eu soube a poucos dias
47por boletim do meu conselho Zildete Anselmo que representou o CRES na comissão de saúde mental e
48representou aqui no conselho também o Instituto Afro, ela faleceu em fevereiro, a gente soube também
49por um boletim eu fui atrás perguntar o que houve e parece que ela teve uma parada cardíaca, que ela
50era uma pessoa bastante depressiva, enfim, uma representante da discussão do movimento da saúde
51mental e também acabou sendo vitima da própria doença, então é bastante complicado. Então só para
52comunicar eu comentei com a Marlene para ver se ela já sabia, então só para informar que com o apesar a
53gente soube do **falecimento da Zildete. Ruy** – Eu proponho uma oração para ela, que era ex
54conselheira. **Manoel** – Instituto Afro-Brasileiro. Eu lamento que nós temos o endereço aqui do conselho,
55então quando algum colega falecer ou estiver muito doente, que a própria Secretaria Executiva entre em
56contato com as pessoas. Isso me pegou de surpresa, porque a Zildete inclusive era suplente neste conselho
57representando o Instituto Afro - Brasileiro, e agora me pegou de surpresa eu não sabia. Isso para mim é
58novo, é uma colega da gente, que a gente poderia ao menos dar um conforto para a família, na hora.
59Então fica aqui este alerta que a Secretaria Executiva quando souber de alguma coisa ligue para essas
60pessoas, os conselheiros, se puder vir tudo bem, se não puder vir ao menos manda uma mensagem,
61alguma coisa. **Ruy** – Uma oração, um Pai Nosso pelo menos. (momento de oração pelo falecimento da
62Conselheira Zildete). **Picorelli** – ECOFORCA. A gente quer agradecer a presença do Dr. Marco Antônio
63Teixeira, que é Procurador da Justiça de Saúde, a gente quer agradecer a presença dele para nós é muito
64bom e é um apoio, mas ainda porque ele tem um conhecimento grande na área de saúde. Obrigado pela
65presença do senhor. **Valdir** – Gostaria de chamar o Dr. Marco Antônio para compor a mesa e até passar a
66palavra para que ele. Sempre que ele esteve presente nesse Conselho sempre consegui transmitir muito
67conhecimento que esse Conselho precisa para dar os seus devidos encaminhamentos. **Elfrida** -
68SindSaúde. Eu só gostaria de que antes da gente iniciar os trabalhos, lembrar a todos os colegas
69conselheiros de que nós temos o prazo ate dia 12 para encaminhamento das sugestões, temáticas e de

25
26
27
28
29
30
31



ATA
3ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE
DO PARANÁ CES/PR



70nomes para a gente estar trabalhando no projeto do curso de Formação de Conselheiros que acabou na
71sexta feira, então é importante lembra-los porque a partir disso a gente vai estar trabalhando o projeto.
72**Dr. Marco** – Eu gostaria de cumprimentar os senhores e senhoras conselheiros, os presentes que não
73acompanham o conselho, presidência, os ilustres componentes da mesa diretora e agradecer aos 2 minutos
74que eu pedi para me manifestar hoje perante esse verdadeiro colégio da sociedade que esta reunido aqui
75no Conselho Estadual de Saúde para prestar algumas informações a este conselho e também para fazer um
76esclarecimento e faço isso hoje em vista da própria pauta, como nós sabemos a pauta de hoje o dia inteiro
77vai se ater as questões da lei orçamentária LDO e LOA que é a lei orçamentária que tem sido essa sim,
78essas questões orçamentárias tem sido uma luta de anos nesse conselho, é uma coisa que se instala agora
79e eu sei porque eu tenho acompanhado a resistência democrática, social que este conselho tem feito que
80são as questões orçamentárias, a minha presença aqui por tanto é para ratificar o apoio da minha
81instituição a este conselho enquanto representante da sociedade paranaense. Com relação aos
82esclarecimentos que eu gostaria de prestar eu venho dar contas ao conselho do andamento das ações civis
83públicas propostas pelo Ministério Público do Paraná contra o estado do Paraná a respeito de insuficiências
84orçamentárias da saúde em anos anteriores, nós temos uma ação civil publica na 1ª vara da fazenda
85pública, o processo 1889/2003 esse processo esta neste momento para despacho da juíza que indeferiu a
86assistência lipisconsorcio, solicitada pelo ex. governador do estado arquiteto Jaime Lerner. O segundo
87processo relativo ao orçamento de 2003, esta na terceira vara da fazenda de Curitiba e esta para a
88sentença, esta com o juiz ou com a juíza, melhor falando, para a sentença. O 3º processo relativo do
89orçamento de 2004, também na 3ª Vara de Fazenda de Curitiba, esta com o Ministério Público para agravar
90decisão proferida pelo juiz. E nós temos um ultimo processo relativo as questões de orçamento, que é uma
91ação civil publica de improbidade administrativa contra o ex. governador arquiteto Jaime Lerner, processo
92que esta concluso para juiz, para decidir questão de competência. As somas das ações civis publicas
93propostas pelo Ministério Público, hoje todos os pedidos, desde aquela de 2000 ate a ultima que é 2004,
94soma mais de 1 bilhão e 300 milhões de reais, ou seja, se esta tentando reaver para a sociedade em
95termos de ações de serviço de saúde, é da magnitude deste valor que acabo de lhes dizer. É evidente que
96estas ações são morosas, a justiça tem o seu tempo próprio para decidir, esse tempo próprio é ditado pelas
97regras processuais que permite muitos recursos, muitas dilações de forma que essas ações ainda estão
98para serem decididas no primeiro grau, ou seja, pela instancia inicial, claro que se o Ministério Público não
99tiver sucesso Público vai recorrer, claro que suponho que se o estado for perdedor também vai recorrer, e
100isso daí vai para o STJ, acaba no supremo, é uma luta longa, a luta deve ser travada, mas não nós
101iludamos em relação a velocidade que ela esta sendo enfrentada, a velocidade infelizmente mais lenta do
102que todos nós gostaríamos. O que me parece importante também é deixar claro para os senhores que
103neste momento, o Conselho Estadual de Saúde esta se reunindo o longo do dia inteiro quizas mais outros
104períodos de seu critério para deliberar sobre as questões de orçamento, eu gostaria de fazer algumas
105ponderações, não sei qual é a proposta que os senhores tem em mãos, no futuro certamente terei acesso a
106este documento, mais isso não é importante, o importante é os senhores perceberem o seguinte: - O
107grande argumento que se usa hoje no âmbito judicial e fora do âmbito judicial em relação as questões
108orçamentárias é que a Emenda 29 não esta regulamentada. Isso é um argumento muito usado de uma
109forma para o gestor federal, para o gestor estadual, para o gestor municipal, do ponto de vista do
110Ministério Público isso é rigorosamente incorreto, ou seja, se os senhores tiverem o cuidado de notar três
111dados, não precisamos alongar muito a discussão, nem quero lhes tomar um tempo precioso da discussão
112orçamentária, os dados fundamentais de onde esta regulamentada a Emenda, artigo 200 da Constituição
113Federal, artigo 5 e 6 da Lei Orgânica da Saúde 8080 e a Portaria 2.047 do Ministério da Saúde, tudo que
114esta ali é ação e serviço de saúde, artigo 200, artigo 5 e 6 da Lei 8080 e Portaria 2.047, o que não esta ali,
115num raciocínio obvio de exclusão, não é ação e serviço de saúde então não pode ser contemplado no
116orçamento, muito menos na LDO. Gostaria também de lhes dizer que o que nós temos visto é com relação
117a esta divida que eu relatei aos senhores mais de 1 bilhão e 300 milhões de reais, é de que hoje o tamanho
118da divida protege o devedor, ela se tornou tão grande, é um valor tão difícil de você efetuar o pagamento,
119a restituição desses valores aos cofres públicos, que todo mundo fica um pouco em suspenso, quer dizer,
120se nós ganharmos essa ação vai surgir o dinheiro evidentemente que não vai surgir o dinheiro. Essa é a
121mesma razão pela qual o estado não esta tendo nenhum interesse em pactuar parceladamente esse
122pagamento. Ele sabe que o tamanho da divida com o devedor o protege, acho que o conselho como

33
34
35
36
37
38
39



ATA
3ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE
DO PARANÁ CES/PR



123 sempre fez tem que continuar mantendo sua linha de independência e concordando com o estado, quando
124 tiver que concordar e discordando quando tiver que discordar, mas devemos lembrar que o estado apenas
125 por ser estado não é sempre réu, não esta sempre sem razão, assim como nós do Ministério Público, assim
126 como o conselho, mas quando estiver sem razão tem que ser claramente, e quando estiver com razão tem
127 que ser apoiado, os senhores é que decidiram onde esta a razão e onde não esta a razão nesta questão
128 orçamentária, é importante que os senhores exerçam com muita independência essa função de fiscalização
129 porque senão nós vamos ter aqui uma situação exatamente oposta ao que a lei quis, ao que a lei previu,
130 ou seja, o fiscalizado, ou seja o estado, impor a sua vontade ao fiscal. Isso não pode ocorrer, os senhores
131 não podem determinar ações ao poder executivo, mas em casos que se julguem motivados legalmente
132 resistam e mantenham a posição independente do que o poder executivo vier fazer, e se for para
133 concordar com o executivo, obviamente que isso deve também ser de forma bastante clara. Quero dizer
134 também que com relação a estes argumentos que eu dei para vocês de onde esta regulamentada as ações
135 de serviços de saúde, esse é o pensamento do Tribunal de Contas do Paraná, esse é o pensamento do
136 Ministério Público Brasileiro, não é só do Paraná não, é do Ministério Público Federal, Ministério Público dos
137 Estados, e também é o pensamento eu sei que sempre foi deste conselho, de obedecer a 2.47, e as demais
138 disposições que eu citei, concludo apenas para dizer aos senhores que em reunião havida no final do mês de
139 março aqui em Curitiba, na sede da procuradoria oficial de justiça, os colegas do Ministério Público que
140 atuam na área de saúde e em todo o estado do Paraná, deliberaram em eleger duas prioridades para o
141 biênio 2006, e duas para 2008 na área de saúde. Uma dessas duas é temos o envolvimento maior, mais
142 produtivo, mas profundo no controle social, e quando se fala em controle social obviamente que esta se
143 falando em primeiro lugar nos Conselhos de Saúde, nas conferências de Saúde e também porque não dizer
144 nos contratos sociedade civil, fora do conselho, fora das conferencias que existem na área de saúde, ou
145 seja, estamos absolutamente disponíveis para tratar desse assunto com os senhores e faremos uma
146 segunda reunião sobre isso no mês de junho, no dia 20 de junho na cidade de Maringá para tratar
147 exatamente de como vão ter essa articulação, como podemos ter essa articulação com os conselhos de
148 saúde, a começar evidentemente pelo mais importante nosso estado que é o conselho estadual, com isso
149 eu encerro a minha fala. Apenas digo aos senhores, os senhores receberam um relatório do DENASUS
150 relativo ao orçamento de 2004. Qual é a serventia deste documento? Porque que eles vieram para na mão
151 de vocês? Duas razoes. O primeiro é que os senhores tem moção de conhecimento do que foi (?) pelo
152 gestor federal no âmbito de sua auditoria em relação as contas do estado. Então você sabe exatamente
153 onde o Ministério Público entre aspas bateu. A outra finalidade da vinda desse documento aos senhores, é
154 para que os senhores tenham pelo menos uma visão de auditoria, com relação a vamos discutir hoje, de
155 orçamentos, de saúde do estado do Paraná, onde estão alguns problemas. Para que serve então? Os
156 senhores sabendo pela auditoria de 2004 se algumas questões que foram ali glosadas criticadas pelos
157 auditores, se isso se reproduzir num próximo orçamento, ou na próxima LDO, os senhores terão que se
158 manifestar a respeito ou concordando ou discordando, mas aquilo é um índice alguma coisa pedagógica, os
159 senhores podem ler aquilo, enfim, ate agora não há nenhuma razão para descrer da veracidade, da
160 seriedade deste documento. Muito obrigado a todos. **Jaime Ferreira** – Sindicato dos petroleiros – Um
161 bom dia a todos e a todas. Eu agradeço a presença do Dr. Marco Antônio nessa plenária que hoje é
162 importante para este conselho e eu quero até que a mesa justifique porque a LDO não foi nós enviado a
163 tempo para a gente poder apreciar. A gente recebeu só uma folha com a pauta e hoje em nenhum
164 documento para ser apreciado pelas entidades, então vejo que aqui começa uma ação deste conselho para
165 que a gente evite uma ação junto ao Ministério Público do que esta acontecendo hoje. Aqui começa esta
166 conversa a questão do orçamento Público da saúde, depois que passou a carroça a gente esta correndo
167 atrás dela, então eu quero que a mesa justifique porque não veio este documento, isso não sei se vai ser
168 apresentado hoje, também não sei se a secretaria tem pronta isso hoje, se tivesse teria nós enviado. Eu
169 acho que isto é um vicio que vem a anos de colocar a matéria em pauta e não ter a apreciação da matéria
170 com antecipação das entidades. Por que aqui ninguém é gênio para pegar a matéria hoje e debulhar ela
171 para ter uma deliberação hoje. Eu não vejo sentido. Quando eu propus a reunião desse dia na última
172 reunião, que era uma reunião para discutir só LDO e LOA eu achei que viesse alguma coisa para a gente
173 poder estar apreciando. Para mim isso foi um espanto que eu vi o envelope e só tinha uma folha, então
174 acho que este conselho tem que começar a discutir esta questão. Então é muito pedagógico quando o Dr.
175 Marco Antônio coloca coisas aqui para a gente, para que a gente tenha essa função mesmo de fiscalização,

41
42
43
44
45
46
47



ATA
3ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE
DO PARANÁ CES/PR



176senão não tem sentido a gente estar aqui, os pontos mais nervosos que é a questão da LDO e orçamento e
177a questão do planejamento da saúde, a gente fica correndo atrás da carroça. Depois a gente fica aqui só
178no afogadilho apagando incêndio, discutindo projeto que vem do Ministério urgente que tem que ser
179aprovado aqui. Então isso gente eu estou cansado de ver neste conselho, então este conselho tem que
180começar a ter realmente o poder que tem, que a lei nós deu. Então neste sentido eu não sei se vai ser
181produtivo o dia de hoje, com o dinheiro que foi gasto para esta reunião vai ter fruto. Então eu não sei se é
182desrespeito do governo em relação ao controle social, ou realmente eles estão atrapalhados e não tem esta
183matéria para nós colocar com antecedência, ou a gente vai esperar ai para o plenário lá na assembléia para
184poder pegar este documento e voltar para discutir junto com o legislativo, sem ter o parecer do conselho
185para o legislativo apreciar, eu acho que esta função deste conselho tem um parecer deste conselho para o
186legislativo apreciar o que nós estamos, porque nós somos o fiscalizador da saúde, especificamente da
187saúde, eles tem muita coisa para fiscalizar, nós temos que ter um parecer deste conselho para os
188deputados terem moção do que nós estamos discutindo aqui, por isso que é importante a gente ter essa
189pauta nesta agenda deste conselho, mais seriamente colocada pelo gestor aqui neste conselho. **Valdir** –
190Obrigado. Só esclarecendo que não foi encaminhado nada aos conselheiros porque não chegou nada até
191este conselho. Foi feito o convite pela própria Secretaria da Saúde, o conselho não pode convidar membros
192de outras secretarias para estar aqui, então foi pedido para a Secretaria da Saúde, para entrar em contato
193com outras Secretarias de Planejamento e Fazenda e que eles se disporem a estar aqui, que são eles que
194montam a peça orçamentária, que montam o documento que vai para a Assembléia Legislativa e ate o
195momento não chegou nenhum representante, nem da Fazenda e nem do Planejamento. **Jaime Ferreira** –
196Eu só complementando aqui, eu acho que não é justificativa isto, eu acho que cada secretaria apresenta a
197sua proposta do orçamento. Então tem que sair desta secretaria uma proposta de saúde para o orçamento
198do estado, pelo menos isso tem que vir para a gente. Eu não quero o restante da secretaria. Eu acho que
199tem que aparecer aqui, o que a secretaria vai fazer na saúde no ano que vem, é isso que a gente tem que
200apreciar aqui, não tem que apreciar outra secretaria aqui, se tiver ação de saúde em outra secretaria nós
201temos que apreciar sim, que é este o papel nosso cuidar do dinheiro da saúde que vem do tesouro e vem
202para o fundo de saúde, isto a gente não faz. **Ruy** – Sr. Presidente, tem vários aspectos. Primeiro que Dr.
203Marco Antônio novamente gostaria de cumprimenta-lo e a sua presença neste conselho é estimulante, o
204senhor é do Ministério Público Estadual, é o esteio do controle social na sua cidade paranaense, sua
205presença da um novo animo a este conselho, e seja sempre bem vindo a este conselho. Também sobre o
206senhor, eu gostaria de fazer um convite ao senhor, eu acho que já avisamos antecipadamente na última
207reunião, se o senhor pudesse nós brindar com a sua presença e suas magníficas palestras nesse curso de
208conselheiros que vai haver nos próximos meses, o senhor é um dos primeiros convidados, como a Elfrida
209falou, cujo os nomes tem que ser dados ate dia 12, até depois de amanhã, gostaríamos da sua
210concordância e agradecemos antecipadamente a sua competência, sua área ai, e essa parte que o senhor
211sempre explora é a parte fundamental da atividade do Conselho de Saúde. E também em tempo Valdir,
212sobre o que foi a sua leitura antes de por em votação a pauta de hoje, você falou do pacto de gestão, o
213pacto de gestão tem que ser discutido neste conselho, para a gente tomar conhecimento do pacto de
214gestão já que esta suprimindo a NOA e a NOAS praticamente, extinguindo aquelas antigas normas e
215propondo uma nova norma, no fim da gestão do Ministro Saraiva Felipe que ele praticamente revogou
216uma monte de portarias no Ministério da Saúde, 400 portarias diz aqui o Euclides, é impressionante isso,
217numa penada só cancelou 400 portarias que estavam em vigor, então isso causou um transtorno enorme
218na licitação da saúde, em todos os níveis, federal, estadual, municipal e soltou também uma porção de
219novas portarias, uma calhamaço de portarias, entre elas as que substituem a NOB e a NOAS, nós
220precisamos tomar conhecimento disso daqui e com a máxima presteza possível, então sugiro, até a Marlene
221tocou nesse assunto já, que entre em pauta na próxima reunião do conselho como prioridade tomarmos
222conhecimento do pacto de gestão que foi assinado e concordado na esfera federal a questão de um mês
223praticamente e para encerrar sobre o que o Dr. Marco Antônio falou, sobre DEMASUS e este conselho tem
224que ter na sua biblioteca, lá na sala da Marlene a disposição de todos os conselheiros, um manual chamado
225noções técnicas sobre aplicação de glosas e auditorias no SUS. Esse manual é publicado pelo Ministério da
226Saúde, Noções técnicas de aplicação de glosas e auditorias no SUS. E esta aqui na SESA na coordenação
227do CORE com a Tânia Gisele de Lara e pedir a ela que fornecesse com urgência para este conselho, um
228manual, uma cópia deste manual, xerocado ou original. **Elfrida** – SindSaúde. Na verdade ate aproveitando

49
50
51
52
53
54
55



ATA
3ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE
DO PARANÁ CES/PR



229a presença do Dr. Marco Antônio, é uma das dificuldades até pelo fato de estar neste conselho, neste início
230de gestão que eu tenho sentido dificuldade, daí estaria solicitando uma orientação a respeito disso, e esse
231aspecto também colocado pelo colega, que a gente fica refém de uma informação repassada pela
232fundamentação e argumentação técnica de uma serie de questões que estão sob a nossa responsabilidade
233de estarem sendo fiscalizadas, desde a questão de avaliações de relatórios, desde a questão da linguagem
234do orçamento que ela caba sendo de uma forma tal que dificulta o nosso papel de entendimento e
235apreciação e essa deliberação e a responsabilidade dentro disso. Então o meu questionamento seria: A
236gente tem feito encaminhamento e solicitações para que esta linguagem venha de forma acessível, que
237esta linguagem venha fundamentada, mas eu gostaria de saber assim, legalmente o encaminhamento
238como que nós iremos proceder para que isto de fato se efetive? Por que muitas vezes nós estamos
239deliberando por questões muito importantes com insegurança do encaminhamento que a gente esta dando
240a respeito, por falta de melhor compreensão do processo de trabalho. **Dr. Marco** – Eu gostaria de
241responder muito sinteticamente a conselheira Elfrida a respeito desta preocupação que eu acho que é de
242todos. De forma que ele possa exercer durante um certo lapso de tempo exame da matéria, não é possível
243o conselho receber isso num dia e no mesmo dia deliberar, eu acho muito difícil e eu particularmente não
244teria condições. Então a ato inclusive do Ministério da Saúde que estabelece prazos para que esta proposta
245venha aos conselhos. Então não sei se no caso o prazo foi respeitado ou não, mas o ato existe, quer dizer,
246vocês não são obrigados a receber uma matéria grave, importante, complexa, o orçamento no mesmo dia,
247ou no dia seguinte se não se sentirem habilitados decidirem a respeito, número 1 e número 2, eu acho que
248vocês tem que se preparar, é inevitável todo ano a discussão de orçamento e eu sei que todos aqui não
249podem ser técnicos na área de contabilidade pública e a linguagem orçamentária, é uma linguagem
250jurídica, é uma linguagem de direito tributário, então isso cria uma dificuldade natural por quem tem que
251analisa-la, e o que eu coloco como sugestão talvez para os senhores talvez não de certo este ano, mas
252quem sabe no próximo, vocês tem que ter duas ou três pessoas por eleição, por indicação do conselho,
253para que durante a discussão estar ali do lado dos conselheiros explicando, ou seja, porque não convocar
254aqui um Técnico do Tribunal de Contas? Quer dizer eles estão analisando essas contas, depois de
255executado o orçamento, todo ano, eles poderão melhor dizer, é uma instituição Pública respeitável, explicar
256a vocês não verdade? O próprio Ministério Público, em algum momento se este conselho vê utilidade da
257minha instituição estar aqui, essas é uma das formas de aproximar do conselho, não de decidir por ele,
258mas dar informações, e ele decide como bem entender, enfim, a varias instituições, não precisa muito,
259duas ou três técnicos a critério dos senhores, que estejam aqui a disposição do conselho para orientar
260com as suas informações os rumo dos debates, vai ser muito valiosos e vai suprir um pouco essa
261deficiência muito natural e vocês não tem informação na maioria jurídica e nem são obrigados a ter e por
262tanto vai propiciar a todos, ao conselho de uma forma geral alguma posição mais firme mais segura, mais
263profunda e mais consciente, o que acontece muitas vezes e eu não me refiro a este conselho, tem um
264conselho de município, que o conselheiro uma vez me procurou, numa cidade grande, imagine o que
265acontece nas pequenas, ele disse: - Olha Dr. estou numa situação sem discutir o orçamento, é uma
266situação difícil aqui, eu represento um segmento x, não vem ao caso, e eu estou aqui pressionado pelos
267meus companheiros e certa parcela da sociedade e eu não sei o que eu faço. Por que eu não entendi esta
268historia que explicaram. O gestor foi lá, representou números, uma serie de coisas e ele não entendeu. O
269que eu faço? Se eu aprovar, eu não sei o que eu estou aprovando. Agora se eu não aprovar vão me acusar
270de omissão. Que eu não estou representando o segmento, o que eu faço? E isso não pode acontecer. Os
271senhores podem dar o exemplo, se organizando para que isso não ocorra. **Machado** – Federação dos
272Hospitais. Bom dia a todos Eu sou conselheiro novo e tenho percebido o seguinte: As pautas que nós
273apresentam são sempre pontuais ou seja, o assunto tem que ser resolvido amanhã e ele é apresentado
274hoje. É uma coisa muito em cima, eu acredito, represento empresas então elas funcionam de uma forma
275diferente, a visão sempre é anual é bianual. Eu penso que, eu ia fazer uma sugestão a mesa, e ver se
276aprova junto com o grupo que seja visto tudo aquilo que é importante aquilo que é relevante durante o
277ano, durante a gestão, que seja então organizado a agenda em função disso, que isso seja passado ao
278gestor para que ele possa também se organizar e nos dar as informações, porque eu acho realmente
279impossível de um dia para o outro com o pouco conhecimento que eu tenho ao menos em algumas coisas,
280resolver, deliberar e encaminhar. Então eu acho que poderia ser organizado na questão do tempo, não de
281hoje para amanhã, mas realmente ver o ano. Quando vai chegar a aprovação de orçamento, qual é o mês,

57
58
59
60
61
62
63



ATA
3ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE
DO PARANÁ CES/PR



282o que a gente deve fazer em anterior a isso e não desta forma obrigado. **Ferreira** – Isso que o
283companheiro coloca agora aqui, a gente a duas reuniões passadas a gente discutiu a agenda do conselho e
284eu lembro que o SindSaúde pautou esta questão para a reunião posterior aquela e não foi pautado porque
285não tinha LDO, naquela época a gente já estava reivindicando que a LDO seria discutido. Não teve pauta
286porque não tinha LDO, então eu levantei na última reunião, que tinha que ter uma reunião extraordinária
287por que o prazo estava em cima, que seria hoje a reunião. Então realmente existe a agenda do conselho,
288existe a pauta para esta discussão, só que não existe o que discutir. E eu pergunto para este conselho o
289que nós vamos fazer aqui hoje? Se não tem este documento. É essa é a pergunta que eu faço gente. O
290que nós vamos discutir hoje aqui, se a pauta específica é LDO e LOA. Se não tem o documento. Que o
291estado fez, gastou dinheiro trazendo os conselheiros do interior para que? Eu acho que é interessante de
292fazer, se for o caso, fazer um debate aqui, em relação a esta questão e fazer um documento de repúdio ao
293gestor de não ter colocado este documento aqui ou ate outra ação mais enérgica neste conselho. Eu acho
294que tem que ter uma posição deste conselho em relação a isto, aproveitando a presença do Dr. Marco
295Antônio aqui, até num debate mais didático ate para este conselho saber a importância desta data hoje
296aqui e o do que nós vamos discutir. **Carlos** – Federação dos Pastores. Bom dia a todos os conselheiros.
297Vejo dada a importância da matéria, a preocupação de todos e a presença também dos aqui interessados e
298a sociedade civil se faz presente. É claro que é de total estranheza a sociedade civil, talvez de
299determinados setores responsáveis e atuantes constantes na área de saúde, ainda questionaram propostas
300de políticas publicas para a saúde na questão de investimentos de recursos, eu acho que a atuação
301constante deveria ter no amadurecimento desta ação, a construção de propostas concretas para a solução,
302propostas do conselho para as políticas públicas, ou seja, os investimentos da lei orçamentária. Eu tenho
303claro e esta é uma pergunta ao SindSaúde de que proposta o SindSaúde tem para a lei de diretrizes
304orçamentárias sendo parte do corpo de ação pratica da saúde, na construção do SUS, a somatória nossa,
305os usuários, uma participação talvez a quem pela própria falta de qualificação, mas os presentes assim
306acho que tem uma responsabilidade muito grande porque fazem parte do sistema, porque talvez não ficaria
307esta reunião no vazio, se estes que são órgãos constitutivos, representações legítimas tivessem então suas
308próprias propostas, para que o conselho pudesse ao menos, estar tendo subsídios a nível de usuário, de
309indicar ao secretário, indicar a assembléia ações coerentes, propostas claras do ponto de vista político das
310alterações necessárias de investimentos, de que forma, para que isso se andar. Esse sentido desta
311pergunta que com certeza será respondida, também faço o agradecimento da presença do Ministério
312Público, da presença do Dr. e nós esclareceu bastante, a gente não tem e talvez eu tinha a esperança de
313que esses recursos pudessem estar contribuindo num futuro com a melhor estruturação do SUS, não me
314estranha e tanto que tamanha é a sangria que também não me deixa desmotivado. E a minha motivação é
315que a gente enquanto conselheiros e o próprio conselho faça a solicitação persistente do poder no caso
316onde esta alocada na terceira vara da fazenda publica de uma posição coerente no julgamento dessa ação
317do Ministério Público e convoco as entidades também a Federação dos Pastores se assim for da vontade da
318federação de enviar a 3ª vara enquanto entidade, enquanto sociedade civil, colocando o conhecimento de
319tal teor que hoje esta ou não na mão deles para então um veredito. Eu acho, ate questiono e pergunto ao
320Ministério Público se esta ação também é pertinente no sentido de mostrar a presença da sociedade civil,
321no processo de observação da ação do judiciário no julgamento do interesse Público. Então eu acho que
322isto vai subsidiar no futuro com certeza esta ação, o julgamento dela, a decisão para que a gente possa
323não só impedir, mas impedindo no caso que é papel do conselho persuadi mostrando a pratica do passado,
324infrutífera e lesiva aos cofres públicos e aos interesses da construção do SUS. Então o endereço acho que
325talvez poderia ficar para o conselho, posto para que as entidades possam então estar dirigindo após
326referendado por suas próprias direções a 3ª vara esta solicitação ou esta notificação, este pedido de uma
327atenção. Eu tenho uma proposta para que a gente possa ficar aqui com uma posição mais clara de que é
328uma comissão que possa estar se deslocando até o secretário para que daí ele possa estar nós colocando
329em contato com as pessoas responsáveis como disse mesmo o representante da saúde e parte da própria
330secretaria a proposta. Qual a proposta da LDO? Está pronta ou não está? E se podemos discutir? E outra
331coisa é a questão do seguinte: Como outra proposta já que as pessoas que estariam nesta comissão vão
332ate a secretaria para buscar esses papeis que for necessário, ou as pessoas responsáveis para nós informar
333que a gente pudesse reaver o processo do ano passado, o processo do ano passado ocorreu e de lá
334provavelmente sai proposta do conselho, observações dos conselheiros nas suas comissões em reunião

65
66
67
68
69
70
71



ATA
3ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE
DO PARANÁ CES/PR



335em ralação a LDO. Então é uma discussão pertinente, então tem ai e esta arquivado as reuniões que
336discutiram a LDO ano passado, vamos vê-las, vamos ver os pontos de pautas que nós sugerimos que foram
337acatadas. **Valdir** – Só antes de dar prosseguimento, esta aqui a copia do ofício que foi encaminhado a
338Secretaria da Saúde para que convidasse a Secretaria do Estado da Fazenda e a do planejamento para que
339o representante estivesse aqui para fazer a explanação sobre a questão da lei de diretrizes orçamentárias e
340também um outro ofício para que convidassem a Assembléia Legislativa que estivesse aqui presente
341também. O Neto vai falar exatamente sobre a questão da agenda que foi proposta e aprovada neste
342conselho e os encaminhamentos que foram dados. **Neto** – Na agenda mínima, como foi relatado pelo
343conselheiro Machado, a gente realmente colocou os assuntos mais importantes que teriam que ser
344pautados e já havia uma preocupação sobre estes temas. A grande questão é que a LDO estava pautada
345para o mês de agosto e a LOA para o mês de setembro. A principio, a primeira agenda mínima que chegou
346para a gente elaborada pela mesa diretiva anterior. Em reunião o próprio SindSaúde, os conselheiros se
347preocuparam com este prazo e pediram adiantamento da LDO e da LOA principalmente da LDO que teria
348que ser discutida e debatida antes, foi pedido pauta para abril, a gente não conseguiu pautar e ai foi
349proposto na última reunião e foi pautado para o dia de hoje que vocês lembram, pela própria plenária do
350conselho, não é uma pauta da mesa diretiva e sim acatado em reunião da plenária devido ao adiantado da
351hora e a falta de quorum também da última reunião ordinária que se fizesse reunião extraordinária. Então
352esta reunião extraordinária de hoje foi pautada pela plenária do Conselho Estadual de Saúde na ultima
353reunião ordinária, já que para o dia 15 de maio vai ser feita a apresentação da LDO se não nós foi
354informado errado na Assembléia Legislativa, a mesa se dirigiu as secretarias envolvidas na LDO para que se
355apresentasse hoje para que a gente tivesse tema e também pediu material. O que aconteceu é que não foi
356enviado material para a mesa diretiva e por isso não podemos mandar o material para todos os
357conselheiros, que eu acho que todo o material que tem chego a mesa diretiva e com pauta nas reuniões da
358plenária tem ido todos os documentos desenvolvidos, a gente não tem deixado de mandar nenhum
359documento que tem chego até a mesa diretiva e infelizmente a LDO não foi nós enviada até hoje e a gente
360ainda esta esperando até agora o pronunciamento de uma das secretarias envolvidas para que se faça a
361apresentação porque é de ansiedade de todos, não só da plenária como da mesa diretiva poder discutir
362isso com um material em mão, com ansiedade do Ministério Público de todos nós. Nós estamos todos
363ansiosos para ter material em mão para poder se discutir corretamente esses assuntos. **Valdir** - Pela
364seqüência, a gente gostaria que o Carlos Manuel viesse para a mesa. Daí na seqüência. **Carlos** –
365Associação dos Pastores. Questão de ordem. Eu fiz uma proposta, a mesa fez o esclarecimento, e eu
366gostaria que esta proposta fosse então votada. Por que quando você faz proposta tem que ser votada. E a
367minha proposta é clara. **Elfrida** – SindSaúde, na verdade o Carlos fez uma fala que eu acho que a gente
368tem que, o encaminhamento dele, ele não esta eu acho que correto, porque a questão da apresentação do,
369a gente teria como documento, ou como base de processo de trabalho os instrumentos de gestão, e eu
370entendo que isto é uma competência da gestão. Então nós teríamos que estarmos pautando a partir do
371Plano Estadual de Saúde, da Agenda de Saúde, dos Relatórios de Gestão, enfim a partir disso nós teríamos
372que ter tudo isso documentado, referendado para daí a gente estar trabalhando e debatendo a questão. Eu
373acho que não cabe a este conselho estar trabalhando sugestões para a LDO e sim ela estar avaliando o que
374o gestor planejou, propôs enquanto ação de saúde e despesas dentro da questão de saúde, e só
375lembrando na fala do Neto que quando nós debatemos a agenda mínima, nós já trouxemos desde o início
376desta gestão a preocupação nos prazos apontados para estas questões que tem datas limites e a LDO tinha
377uma data definida, como a LOA tinha uma data definida que vence agora 15 de maio e uma vez que ela
378entra na Assembléia nós não temos mais tempo hábil para opinar a respeito. Então a gente apontou em
379determinados momentos, já desde o início deste conselho esta preocupação. **Valdir** – Obrigado eu queira
380pedir para Carlos que a gente ouvisse o Carlos Manuel e depois no decorrer você formalize melhor a sua
381proposta **Carlos Manuel** – Dr. Marco Antônio bom dia, ao Valdir que preside esta seção e aos demais
382conselheiros o meu bom dia. O processo orçamentário ele é formatado ele é constituído por duas leis
383referenciais. Uma a lei de diretrizes orçamentárias que é encaminhada para o poder executivo ao poder
384legislativo até a primeira quinzena do mês de abril, e é esta lei que vai estabelecer os parâmetros da
385construção do processo orçamentário do ano seguinte que também será constubenciada a uma lei
386especifica, uma lei própria de lei orçamentária. Portanto a LDO ela tem vida de um período entre a sua
387aprovação pela assembléia e a aprovação da lei orçamentária. E a lei orçamentária tem uma vida da

73
74
75
76
77
78
79



ATA
3ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE
DO PARANÁ CES/PR



388 execução orçamentária do ano sub seqüente. Não sei se me fiz entender para quem não domina o
389 processo orçamentário. A construção do orçamento de 2007 ele se da a partir da lei que será aprovada e
390 encaminhada pelo executivo até setembro, e essa lei a ser encaminhada ao executivo até setembro
391 necessita de regras, que estabelece seu processo construtivo e essas regras são estabelecidas para a lei de
392 diretrizes orçamentária que estabelecerão por tanto as diretrizes da construção da lei orçamentária, essa
393 LDO que estamos falando nesse momento ela é encaminhada pelo executivo ao legislativo e hoje esta em
394 processo de análise pelo poder legislativo. Nós tivemos contatos permanentes com a Secretaria de
395 Planejamento para estarmos participando do processo de construção da lei de diretrizes orçamentárias e a
396 informação que tivemos do planejamento é de que estarão previstas na LDO, consta na LDO a destinação
397 dos 12% constitucionais para a referencia da lei orçamentária anual, a partir da aprovação da LDO inicia-se
398 o processo de construção do orçamento anual e este conselho estará como sempre esteve presente e
399 sendo chamado para discutir. Em alguns momentos esta discussão se deu muito em cima do
400 encaminhamento da proposta orçamentária final do poder executivo ao poder legislativo e existem
401 alterações no processo da elaboração da lei orçamentária faça a estimativa da receita que agora você tem
402 uma estimativa e no momento da elaboração da proposta orçamentária você tem uma revisão desta
403 estimativa, então no correr do tempo e no correr da elaboração da proposta orçamentária podem ocorrer
404 alterações de expectativas de receita, e ocorrendo você precisa de rever o orçamento por completo, no
405 caso da execução orçamentária neste ano a secretaria esteve presente batalhando pelo cumprimento da
406 Emenda Constitucional 29. Em relação a convocação desta reunião, nós solicitamos a lei, a lei não foi
407 encaminhada ao conselho porque a secretaria não tem a minuta desta lei e a solicitação de convite as
408 secretarias da Fazenda e de Planejamento foi efetivado pelo senhor secretário, Dr. Cláudio, e se a
409 Secretaria da Fazenda e a Secretaria do Planejamento não esta hoje presente não tenho informações nem
410 justificativas por parte dessas secretarias. A LDO já esta na assembléia foi encaminhado no dia 15 de abril
411 como determina a constituição brasileira. **Neto** – Só queria corrigir a minha fala, o Dr. Ruy me alertou a
412 falta de quorum ocorreu somente na pauta pedida no início da reunião pelo SindSaúde da inclusão de
413 pauta da LDO e da LOA, a gente deixou para o final da reunião quando foi se discutir, já se passava do
414 horário já era mais de 19:00 horas, foi feito uma contagem de quorum neste momento não tinha quorum
415 para discutir naquele momento e ai sim foi pedido para que a gente fizesse uma reunião extraordinária da
416 LDO e da LOA. Só correção de fala. **Dr. Marco Antônio** – Se a Conselheira permitir é só uma parte que eu
417 gostaria de ter a partir das considerações do Dr. Carlos Manuel. E o que eu vou dizer aqui, evidentemente
418 não tem nada a ver, rigorosamente nada a ver com a postura do Dr. Carlos que sempre foi muito correto,
419 dirigente, interessado no bom êxito das ações de serviços de saúde no estado, mas eu queria dizer uma
420 coisa que me surpreende, eu não entendo qual o papel deste Conselho Estadual de Saúde, no momento
421 em que o que ele tinha que apreciar já esta na Assembléia, no momento em que ele convida
422 representantes de outras pastas esta aqui o da saúde, não vieram, não deram nenhuma justificação. Qual
423 é a função do controle social que discute a lei orçamentária na questão da saúde? É propor, é contra
424 propor o que ali esta ao poder executivo, que entendo adequado redija estas alterações no seu texto que
425 ira para a assembléia. O que vocês vieram discutir aqui? Eu pergunto a todos, vocês vão procurar algum
426 deputado, presidente da assembléia, isso é um grande desrespeito com relação a este conselho, em
427 desrespeito a população deste estado e é um desrespeito a função elevadíssima do controle social, que os
428 senhores desempenham aqui no Paraná. Isso me surpreende, me constrange muito e vocês vão ter que
429 tomar uma posição seja qual for, mas o fato é esse e é muito serio. Eu só gostaria de dizer o seguinte que
430 o governo, qualquer governo eu não me refiro só ao governo do Paraná, governo municipal, município de
431 Curitiba, enfim onde vocês forem buscar o conceito de governo, ele deve respeito e deve acatamento ao
432 controle social, não obediência, e deve prestar meios de trabalho ao controle social, vão lá, anotem ai
433 artigo 42 do Código de Saúde do Estado, ali esta tudo que o governo tem que dar para vocês poderem
434 trabalhar direito. Quando eu falei da discussão de LDO a alguns minutos atrás que vocês precisavam ter o
435 apoio técnico, e sugeri o Tribunal de Contas, sugeri a minha própria instituição, porque não os auditores do
436 DENASUS, departamento nacional, um pequeno grupo duas, três pessoas, isso ai, se a presidência e o
437 próprio conselho entenderem de acordo, vocês tem autonomia para se relacionar com a direção desses
438 órgãos e solicitarem antecipadamente a composição deste grupo com representante de cada um, ai vocês
439 não precisam ter mais aquela dificuldade que agora me parece estar superada, estar vencida, porque este
440 processo esta morto, vocês podem reclamar, vocês podem se indignar, mas não vejo produtivamente do

81
82
83
84
85
86
87



ATA
3ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE
DO PARANÁ CES/PR



441 ponto legal o que vocês vão fazer a não ser que vocês tirem posições daqui e levem para a assembléia,
442 mas não é esse o caminho correto, e eu concluo apenas para dar um informação que talvez não tenha
443 ficado claro, quando eu me referi a única ação que não esta na 3ª e que é a 4ª vara da fazenda, ação de
444 improbidade contra o ex. governador, essa ação dizia a respeito da responsabilidade de entender o
445 Ministério Público que deveria ele ter ou tem ele, em função de não ter aplicado os recursos na saúde como
446 devido e como previsto na Emenda 29, essa ação que eu quis me referir, é esta o motivo da ação, não é
447 por outro muito obrigado. **Elfrida** – SindSaúde. Na verdade só retomando essa inserção e quando nós
448 apontamos a urgência da pauta, porque nós já sabíamos como foi confirmado pelo Dr. Carlos Manuel, os
449 prazos de encaminhamento da LDO e da LOA sucessivamente e nós tínhamos colocado a urgência a
450 preocupação porque nós sabíamos que o prazo estaria vencendo, finalizamos para que fosse incluído como
451 pauta, surpreendemo-nos quando não estava pautado na última reunião, pedimos uma inclusão de pauta e
452 saberíamos que não teríamos espaço nenhum para debate. Então nós do segmento ate fizemos uma
453 sugestão de debate , a única coisa que nós resta, porque a pauta como esta confirmado esta morta, a
454 gente não tem mais espaço de inserção, era referendar que pelo menos a partir dos relatórios contados da
455 insuficiência dos recursos previsto em lei fosse deliberado para ser pautado nesta LDO, e esse é um dos
456 encaminhamentos que nós queremos dar, avançamos e a gente ate louvou a iniciativa da mesa de uma
457 forma pontualmente colocou uma pauta extraordinária e a gente veio com grande expectativa para o
458 debate, mas estamos colocando assim, nós já tivemos janeiro, fevereiro, referendando esse assunto porque
459 sabíamos que o prazo estaria em cima da hora para a gente fazer este debate, então ele foi solicitado,
460 penso que houve pouco interesse da relevância ao assunto que nós tínhamos citado, a gente realmente já
461 esta com um documento aqui, que ele foi protocolado em 17 de abril de 2006, na Assembléia, então eu
462 lamento em quanto segmento ao descaso que aconteceu em relação a este tema, que a gente implorou
463 para ser debatido que a gente entende e isso é uma fala que eu guardei a partir do Ministério Público que o
464 que acontece a vontade do gestor é onde se coloca o dinheiro, eu aprendi isso com a fala do promotor, e
465 lamento profundamente o descaso que aconteceu com esta temática. **Ruy** – Sr. Presidente, eu pedi a lei
466 10.913 para rever essa lei que criou o Conselho de Saúde, já pedi para Marlene providenciar para podemos
467 ver o que consta nessa lei sobre este particular. Dr. Marco Antônio novamente, nas suas palavras deve ser
468 gravadas por todos nós e devemos lembrar disso a todo momento, então não é só nas vésperas do prazo
469 que nós temos que pensar nisso, é o ano todo. E como o João Maria falou agora pouco, ele vai se
470 manifestar provavelmente, nós precisamos ter no nosso conselho uma comissão que analise junto com o
471 Departamento jurídico desse conselho, o conselho precisa de um departamento jurídico com urgência,
472 não passou infelizmente o Valdir nosso colega de comissão que elaborou, que fez a sugestão desse
473 conselho do novo regimento interno aprovado pela Resolução 05/05, e que agora com o Leite e mais
474 conselheiros nós vamos tentar melhorar este regimento interno, melhorar, não retroceder, e que neste
475 particular nós possamos ter uma assessoria jurídica, nós precisamos neste conselho com urgência, não
476 tem saída mais. Que esta assessoria jurídica nós de a retaguarda , uma base legal para nós questionarmos
477 de uma maneira em tempo e eficiente e que realmente de resultados para o controle social. Também
478 gostaríamos de nós manifestar que este conselho aqui pedisse com urgência ao Dr. Carlos Manuel, uma
479 cópia, nem que seja por fax agora, do que esta na assembléia, e tomarmos conhecimento do que vai se
480 passar nas demais pastas desse governo, na pasta da Saúde nós temos conhecimento, o Dr. Carlos Manuel
481 tem nós ajudado, é nosso parceiro praticamente, nós ajuda aqui, nós informa, mas as demais pastas,
482 agricultura, do meio ambiente e assim por diante. **Valdir** – Chegou cópia. **Elfrida** – SindSaúde. Até
483 esclarecendo que nós recebemos neste momento a cópia da assembléia, e eu acho que pelo menos seja
484 interessante reproduzir para se tomar ciência deste documento, mas só ressaltando que a gente também
485 desconhecia e achava que nós íamos ter todo este material disponível para o debate. **Carlos** – Federação
486 dos Pastores. Nesse sentido então, chegado a mesa de nós podermos estar tendo acesso a este documento
487 inicial para debate para a discussão e avaliação elaboração de propostas do conselho, eu retiro a proposta
488 da criação da comissão para poder ver se a secretaria possibilitava acesso a este documento, mas o
489 resgate e a outra proposta que era o resgate da memória, o processo de avaliação do próprio conselho na
490 formulação da lei do ano anterior, ou seja, da vigência de execução este ano, eu acho que seria
491 interessante para poder nortear onde nós já tínhamos pelo conselho no ano anterior, observado como
492 estava sendo pela secretaria e pelo próprio governo feito a sua, como ela mesma disse, e o nosso
493 representante do Ministério Público deixou claro a vontade política do governo de fazer o seu investimento.

89
90
91
92
93
94
95



ATA
3ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE
DO PARANÁ CES/PR



494Então fica ai esta proposta e eu gostaria que fosse votado no sentido de fazer este resgate, se vai ou não
495fazer este resgate dessas memórias. Uma outra colocação que eu queria fazer é o seguinte, eu ia perguntar
496para ao Carlos Manuel se 15/04 o legislativo já tem em mãos a proposta inicial, não seria cabível também
497neste momento a secretaria ter acesso a este material sem precisar dispor dos seus representantes e
498diretores e como diz estão atarefados os servidores públicos para estar com este documento já chegando a
499si como um representante da execução da política pública da saúde do estado. Então como conselheiro
500acho que o conselho tem que tirar uma resolução no sentido que quando se faz pelo governo do estado
501cumprimento da lei de responsabilidade fiscal, que o conselho receba este documento, que a secretaria
502receba este documento, porque são, um o executor e o gestor, o outro o responsável por estar também no
503processo democrático de contribuição para a construção pelo menos do anseio da população do que ele
504entende por prioridade, da política pública de saúde da sua necessidade. Então fica ai a proposta, primeiro
505de resgate da memória anterior da lei do ano passado, da votação de lei de diretrizes orçamentárias, onde
506que o conselho se pegou. E a outra proposta de criação para o conselho de uma resolução que o conselho
507tenha então claro e ai pedimos é claro, ao secretário que contribua no sentido de que nós possamos
508também não ter que ir a secretaria para ter este documento, termos nó num tempo hábil
509democraticamente como todos porque o conselho é representante de todos os usuários e trabalhadores e
510cidadãos paranaenses. Qual a importância da Assembléia Legislativa? Qual é a representação nossa? E nós
511na sociedade civil, não somos nós que formamos a opinião dos nossos representantes? Então porque nós
512só podemos saber depois deles. A quem sim, dia 14 quem tinha que estar com este documento são os
513usuários, os trabalhadores e os cidadãos interessados em formar propostas, em contribuir, que é o nosso
514papel esta contribuição, então fica esta observação, dessa resolução. Outra proposta eu acho que seria,
515para mim esta claro, retiro uma das propostas que eu tinha feito e deixo mais uma agora desta da
516ampliação da resolução. – Valdir, só um esclarecimento. Proposta se faz e se encaminha. Porque o
517conselheiro aqui quer contribuir mais, então enquanto não for votado, o que se resolve? Não se resolve
518nada. Então se você vota, vai criar ou não vai, vai se criar uma resolução? Vai se estudar? No caso eu acho
519assim, resolução parte da comissão, da mesa diretora do conselho que pode estar elaborando uma
520proposta de resolução, então eu acho que ai sim, se os conselheiros aqui entenderem que é importante
521que a mesa trabalhe neste sentido, eu acho que a mesa pode estar fazendo, não vai ser nenhum problema
522em cima de autoridade, eu acho que a mesa da autoridade a mesa diretora de fazer uma resolução neste
523sentido e a outra é o seguinte o resultado da memória é uma questão de secretária executiva, é a mesa
524dizer a secretária executiva favor encaminhe a mesa a proposta encaminhada pelo conselho com avaliação
525das leis orçamentárias de 2005 para 2006. Ou a gente vota e encaminha, ou não vota ou não encaminha.
526**Valdir** – O que a mesa entende é o seguinte: - Essas propostas serão levantadas no decorrer do debate e
527ai no final a gente pontua estas propostas e a gente discute e a plenária encaminha, talvez possa ate
528melhorar uma proposta original. **Vanessa** – Observadora. Antes de vir para esta reunião eu procurei na
529internet este documento, porque tenho interesse no orçamento, então eu queria deixar até este
530questionamento para o conselho. Que controle social que esta sendo feito? Vamos dizer assim, nem os
531conselheiros tiveram acesso, eu como não conselheira observadora que tinha interesse no assunto também
532não tive acesso. A sociedade teve acesso a isso? Não. Quem teve? Então eu queria só deixar este
533questionamento, porque eu tive interesse, procurei na internet com antecedência para estar vindo aqui.
534Então teria até uma questão de proposta que estes documentos estejam disponíveis na internet, não só
535para os conselheiros, mas para outras pessoas que tenham interesse na questão da saúde. **João Maria** –
536**ASSEF**. A companheira foi bem no que eu queria, ela realmente procurou e a gente também procurou, eu
537sou conselho municipal em Cascavel e a gente lá tem o seguinte problema: - A gente quando vai discutir
538LDO e tudo mais, o primeiro passa para o conselho, para depois ser encaminhado para a câmara
539aprovação. Eu gostaria de pedir ao Ministério, o que a gente enquanto conselheiro estadual podemos fazer
540hoje para garantir que o próximo orçamento seja, tenha um parecer do conselho para poder ser enviado
541para a assembléia. Primeiro tem que ter um parecer nosso, senão não adianta a gente vir aqui para discutir
542uma coisa que não tem, igual a companheira que quer propor para a gente levantar a proposta, não
543adianta a gente levantar a proposta, nós não temos mais acesso, ele esta fechado a sete chaves já na
544assembléia. Eu quero saber futuramente, juridicamente, como o senhor já falou, que pode ceder
545juridicamente para nós. O que nós podemos fazer? Primeiro passo é por aqui para a gente ter o parecer
546do conselho, senão não há necessidade de reunião do conselho para aprovar uma coisa que nós não

97
98
99
100
101
102
103



ATA
3ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE
DO PARANÁ CES/PR



547podemos mexer. **Jaime Ferreira Sindpetro** – Eu quero colocar que a gente lamenta, que uma entidade
548deste conselho foi buscar este documento junto a assembléia e protocolado dia 17, e já de anti mão a
549secretaria sabia, que foi pautado anteriormente que este documento já estaria protocolado lá, o poder
550executivo já tinha protocolado, eu acho que só faltou aquela bolinha de nariz de palhaço aqui hoje, porque
551isso já vinha rolando e já sabiam que a gente estava pautando isso, já a duas reuniões atrás. E o pessoal
552da secretaria eu acho que estavam em todas as reuniões presentes e nós avisou que esses documentos
553estariam protocolados. Agora nós colocar como uma questão de que não sabiam que o documento estava
554lá, quer dizer, ou este governos esta uma bagunça e as secretarias não se conversam, não sabem que eles
555estão fazendo, ou a gente realmente esta sendo desrespeitado, que eu acho que esta é a minha conclusão,
556nós estamos sendo desrespeitado. Então se este documento esta protocolado desde o dia 17 lá, e já estava
557rolando uma discussão do conselho que isso deveria ser pautado, eu também faço uma critica a mesa que
558realmente não foi atrás deste documento para a gente poder ter, independente da vontade da secretaria
559ou não. Então a entidade aqui do conselho foi buscar e também desde o começo desta reunião nós
560estamos debatendo isso que a secretaria agora se colocou e não é uma convidada, ela faz parte deste
561conselho aqui, um membro deste conselho, já poderia estar se manifestando e a gente encerrando até uma
562discussão aqui que esta levando horas e realmente a gente esta colocando essas posições e estamos sendo
563repetitivos, porque realmente é lastimável o que nós estamos tendo hoje aqui, uma pauta importante que
564faz parte da agenda do conselho e nós estamos aqui já faz horas debatendo, o porque que a gente não
565conseguiu, porque a gente não consegue, o que tem que fazer, eu acho que este conselho tem poder para
566fazer alguma coisa, nós temos que sair com uma posição mais contundente com relação, ou através da
567secretaria, cobrando o secretário, a posição dele, ou do governo, porque quem mandou este documento foi
568o governo do estado, mas a secretaria faz parte deste documento, quem elabora a questão da saúde é a
569secretaria, ela é responsável com relação ao orçamento da saúde do estado, ela vai propor ao executivo
570quanto vai ter que gastar e onde vai ter que gastar, então tem que vir esta questão ai, essa questão ai,
571pelo menos essa parte poderia ser discutida, o que a secretaria vai discutir em questão da LDO na saúde,
572poderia vir muito antecipadamente antes do documento ir para lá, a gente poderia ter a intervenção disto,
573então este documento chega agora nas nossas mãos, de uma entidade que é o SindSaúde, que conseguiu
574hoje via motoboy para a gente, porque a gente achou que este documento seria apresentado hoje. Então
575eu acho que é lastimável a gente ter essa situação, este debate aqui, que eu acho que não pode ficar na
576retórica só, não podemos ficar só nesta retórica porque as palavras das secretarias eu já escutei em anos
577passados, não só nesta questão da LDO mais na questão do plano, então sempre tem uma retórica isso,
578então não podemos ficar na retórica, nós temos que fazer um documento contundente em relação a este
579desrespeito ao controle social, ao governo do estado, a secretaria do estado. Eu acho que este conselho
580tem que se posicionar firmemente em relação a isto. **Ivanor** - Segmento dos usuários pela Federação
581Nacional dos Urbanitários . Eu gostaria de agradecer a presença do Dr. Marco Antônio e especificamente
582tentar arguir uma posição com eles se for possível. Me parece que nós estamos aqui hoje numa situação
583de abandono, e essa situação não é nem favorável ao estado e nem aos usuários, ou qualquer outro
584segmento representado aqui hoje. A pergunta que eu faço, e até pelo o que o senhor já expôs para nós, já
585foi o boi e a corda para o mato, não tem mais volta, perdemos todas as chances de interferimos nesse
586processo. A Pergunta é. Pode a câmara diante de uma resolução do Ministério da Saúde, ele descreve qual
587o encaminhamento, qual o curso que deveria ter essa documentação. Pode ela apreciar sem antes ela ter
588sido passada aqui pelo conselho? Sem o parecer do conselho? Ou isso seria mais uma forma então desta
589câmara que estará fazendo esta avaliação, é mais um grupamento que estaria desrespeitando a sociedade
590representada por este conselho. Eu queria saber se não é possível a partir deste instante e desta
591afirmação, essa mesa diretora, este conselho, esta emitindo uma resolução e imputando esses deputados
592da sua também convivência no desrespeito a sociedade muito obrigado. **Valdir** – Só a questão que a mesa
593precisa estar colocando para a plenária, que é realmente uma preocupação constante da mesa, a
594apropriação por parte deste conselho de toda esta discussão, do exercício efetivo do controle social, então
595é preciso que o conselho tenha cada vez mais conhecimento e tempo hábil para poder em cima destes
596documentos poder estar dando seus encaminhamentos, estar tomando seus posicionamentos e cobrando
597que a SESA como nossa parceira o cumprimento do que é determinado e caso isso não ocorra que se tome
598as medidas cabíveis para que os encaminhamentos sejam obedecidos, então isso vem sempre
599acontecendo, mas conforma já foi relatado aqui, até agora nós estamos atrás da carroça. Então o conselho

105
106
107
108
109
110
111



ATA
3ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE
DO PARANÁ CES/PR



600 como todo tem que ter essa preocupação de nós já que levamos varias rasteiras lá trás, aprender que a
601 gente esta um passo à frente agora, então a gente gostaria que nesta reunião de hoje nós estivéssemos de
602 posse da proposta da lei de diretrizes orçamentárias, para que nós diante dos dados ali presentes,
603 pudéssemos estar fazendo a nossa análise e tomando a nossa posição. Eu acho que é possível a gente
604 fazer esta discussão sim, a mesa agradece o SindSaúde de conseguir este documento, lamenta a falha da
605 secretaria de não ter encaminhado isso para que os conselheiros pudessem estar tomando conhecimento
606 deste documento. Cobrar mais da comissão de orçamento que se aproprie melhor desta discussão, que nós
607 temos que discutir orçamento, nós temos que discutir também o Plano de Saúde, a agenda, e a agenda
608 ainda não passou por este conselho, eu acho que nós aqui temos que cobrar que na próxima reunião já
609 tem aqui neste conselho a agenda para que nós possamos estar discutindo, porque em cima da agenda
610 que se discute toda as outras questões da saúde, então alguns encaminhamentos tem que ser dados e
611 dentro antecipadamente para que nós não sejamos surpreendidos. Se vamos discutir a lei orçamentária, vai
612 para a assembléia em agosto? Setembro? Setembro, então em julho nós temos que discutir a lei, não
613 deixar para agosto para a gente discutir a lei orçamentária, então o conselho tem que estar pensando nisso
614 e estar buscando com uma antecipação cada vez maior nesses temas que são cruciais para o
615 funcionamento do SUS no estado, porque daí nós vamos estar numa parceria trabalhando para que se evite
616 pelo menos da nossa parte a cobrança para que não ocorra nas falhas, nos erros, que na nossa avaliação
617 vem sendo ocorrido ano após ano, então são essas questões que nós temos que estar atentos, qualquer
618 pessoa não conselheira também tem toda a liberdade de estar chegando e cobrando deste conselho que
619 atue efetivamente, coloque em evidencia o seu papel e que este conselho seja devidamente respeitado
620 pelas instituições governamentais, então nós temos que ter posição firme diante de tudo isso para que nós
621 não sejamos transformados aqui numa mera massa que não tem nenhum poder, apenas uma diversão, a
622 gente fica aqui conversando e jogando conversa fora e sem um encaminhamento devido, então são essas
623 questões que a gente tem que estar realmente colocando. **Elfrida** – Eu fiquei incomodada com a fala na
624 apresentação do Dr. Carlos Manuel porque eu não entendi qual a metodologia que se dá dentro da
625 Secretaria de Saúde, na discussão, na organização da LDO, de competência da área de saúde, porque
626 pareceu-me que nem ele tinha este conhecimento, eu gostaria que se possível ele pudesse me esclarecer,
627 como que a secretaria discute o orçamento, para eu não ficar com essa sensação estranha de que a
628 secretaria não tinha esse acesso a discussão, porque eu vejo que a competência é do gestor. **Carlos**
629 **Manuel** – O orçamento é o reflexo financeiro do processo de planejamento e o processo de planejamento
630 ele é continuado e este conselho acompanha permanentemente o processo de planejamento a secretaria
631 até porque passa por este conselho os relatórios trimestrais e passa por este conselho a agenda, então o
632 processo de planejamento ele conduz a uma proposta orçamentária. Em relação a LDO. A Lei de Diretrizes
633 Orçamentárias. Foi nos estabelecido que a Emenda Constitucional será cumprida, até porque não tem
634 como não cumpri-la, então estão destinados nos orçamentos, na proposta, na LDO, como proposta de
635 destinação de recursos, para a proposta orçamentária do próximo ano, 12% para a área de saúde, os 25%,
636 não sei quanto % para a área de educação, em cada secretaria vai ter uma destinação, uma definição de
637 recursos a partir dessa definição de recursos é que se constrói a proposta orçamentária definimos as
638 prioridades até porque os recursos são finitos independentemente de termos 12% ou mais por cento
639 dentro da secretaria de saúde, este processo que resultara na lei orçamentária a ser encaminhado para o
640 poder executivo em setembro ele é um processo permanente dentro da secretaria de saúde e este
641 conselho participa desta construção de forma permanente. **Dr. Marco Antônio** – Eu gostaria de esclarecer
642 aos dois conselheiros que apresentaram indagação ao Ministério Público. Primeiro o conselheiro João Maria,
643 o que fazer? Evidente que o que fazer é decisão do conselho, mas se eu tivesse que dizer algo a respeito,
644 vocês estão lidando com uma situação extremamente grave e que esta restrita a essas quatro paredes, ou
645 seja, vocês estão assumindo um papel desagradável neste momento, mais sozinhos, quer dizer, eu não sei
646 até que ponto isso convém a este conselho, convém ao próprio conselho social, controle social, mas essas
647 questões as vezes tem que ser termehados com uma maior clareza, maior transparência, inclusive tendo
648 conhecimento delas a quem deva conhecer. Agora o que me parece que nós temos dois problemas na linha
649 que indagou o conselheiro, o que fazer hoje com a questão da LDO, que já tomou o seu caminho a revelia
650 deste conselho e depois da LO e começando pela LDO. Não obstante já tenha passado a oportunidade
651 ideal do conselho se manifestar, propor e contra propor de acordo com o documento, se tivesse vindo

113
114
115
116
117
118
119



ATA
3ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE
DO PARANÁ CES/PR



652as mãos de vocês tempestivamente e não veio, acho que há dois, três pontos fundamentais em qualquer
653LDO. Primeiro deles é o seguinte: - Nós temos que lembrar que o que a LDO disse e claro por decorrência
654o que a LO também disse lá na frente, ela tem que estar vinculado diretamente ao Plano Estadual de
655Saúde, ou seja, se a LDO não tiver um compromisso de financiar aquelas ações em serviço previsto no
656Plano de Saúde, ela não vale, e quem diz isso não é o Ministério Público é a lei. Eu vou ler para vocês
657rapidamente onde está esta disposição. Esta no Artigo 36, parágrafo 2º, da lei orgânica da saúde. É muito
658rápido, eu lei para os senhores e para as senhoras," é vedada a transferência de recursos para o
659financiamento de ações não previstas nos planos de saúde, exceto em situações emergenciais e calamidade
660publica na área de saúde". Então, o que se quer é que o orçamento do estado financie as ações previstas
661no Plano de Saúde do estado, se nós não tivermos este nexos entre o que esta na assembleia e o plano que
662já existe, teremos problemas sérios, que vão desde a responsabilização de gestores até a desorganização
663completa do sistema, enfim, potencialmente falando. E outra coisa, concluindo a resposta ao conselheiro
664João Maria, o segundo ponto além da coerência de Plano de Saúde e LDO que eu examinaria e depois
665encaminharia para a assembleia, o presidente da assembleia pede uma audiência, explica o que ocorreu,
666enfim se vocês acharem por bem. Segundo ponto, diz o Dr. Carlos Manuel que não há porque descreva
667palavra dele, é de que este documento propõe alocar o mínimo piso de recurso na área de saúde e 12%
668que é o mínimo proposto pela Emenda Constitucional 29, esse é apenas o primeiro pré suposto de
669atendimento da constituição, ou seja, o percentual mínimo esteja respeitado, então você vai colocar 12%,
670o grande problema é o que contem esses 12%, você tem que abrir este número. Por que? Vou dar um
671exemplo para vocês. Todas essas ações que o Ministério Público esta propondo com relação ao estado, é
672porque além do estado ter aplicado no passado percentual inferior ao limite constitucional, aplicou mal, ou
673seja, usou dinheiro da saúde para outras questões que não eram da saúde. Para dar um exemplo para
674vocês, por que isso aqui é um ralo enorme, desse tamanho por onde sai o dinheiro da saúde e
675saneamento. O estado entende que a saúde, é evidente que o saneamento tem haver com a saúde,
676sempre teve até porque a lei orgânica fala isso, ninguém esta aqui a negar, o que se esta a discutir é como
677o SUS vai financiar, alias, co financiar as questões de saneamento, porque hoje a grande carga de recursos
678para o financiamento sai da saúde, e o que diz a lei quando falam do saneamento e do seu financiamento
679pelo gestor de saúde. Diz o seguinte, no artigo 32, parágrafo 3º também da Lei Orgânica da Saúde 8080,
680"as ações de saneamento que venham a ser executadas **supletivamente** por tanto o recurso da saúde
681não pode ser o recurso principal, a principal fonte orçamentária do saneamento, então as ações de
682saneamento que venham ser executadas supletivamente pelo SUS, serão financiadas com recursos
683tarifários específicos, e outros da união, estado e distrito federal e dar exemplo em particular, recurso do
684sistema financeiro de habitação. O que significa isso? Que além de um aporte de recursos ao saneamento
685básico, por parte do governo, tenha que ser secundário, não pode ser a fonte principal de financiamento,
686isso tem que estar colocado, este dinheiro tem que vir de taxas como a própria lei especificou o sistema
687financeiro de habitação, ou seja, tecnicamente não é adequado você pegar o dinheiro do fundo de saúde
688bruto e colocar no saneamento como ocorre, como nós temos contestado. E agora para não tomar mais o
689tempo e respondendo a observação do conselheiro Ivanor, se a câmara, eu digo aqui no caso é a
690assembleia, estamos no Conselho Estadual de Saúde, mas se estende também a câmara como ele colocou,
691se a câmara pode ou não aprovar um orçamento ou uma lei de diretrizes orçamentárias que não tenha sido
692examinada pelo conselho respectivo, ou municipal ou estadual de saúde. Tecnicamente o que se entende é
693de que é rigorosamente necessário a intervenção prévia, pouco importa que depois de aprovado o texto
694vocês o ratifiquem, porque vocês não terão cumprido a função de discussão no texto, e isso não sana a
695questão da responsabilidade do próprio conselho, tem que ser previ e previ não lhes foi dado a
696oportunidade, vocês tem algumas alternativas, ou vocês concordando com o texto que vem aqui hoje,
697pelas mãos de um segmento, de um conselheiro, lê entende que esta correto e aprova, ainda que assim a
698abstento, o texto já esta na assembleia, mas enfim a uma manifestação, ou vocês discordam por razoes
699que vocês entenderão cabíveis, ou vocês dizem que não tem condições de se manifestar, por que o
700processo fluiu sem que fosse cumprido o prazo de manifestação do próprio conselho, vocês tem varias
701opções. Agora é evidente que as câmaras e assembleias podem sim, não devem, mas podem aprovar,
702tanto é que isso tem sido feito. Qual é a historia desses orçamentos? Eles não virem a tempo para o
703conselho e serem aprovados, não verdade!. É claro que nunca se levantou uma questão do ponto de vista
704judicial, de que até que ponto é essencial juridicamente a anuência do conselho. Tem que se dar

121
122
123
124
125
126
127



ATA
3ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE
DO PARANÁ CES/PR



705oportunidade para o conselho, o que ele vai dizer é problema dele e responsabilidade dele evidentemente.
706Agora é evidente que o processo vai fluir, vocês imaginem uma situação de um município qualquer por uma
707questão política que as vezes ocorre no nosso país, através de uma rixa entre o conselho e o gestor, o
708conselho se pudesse impedir o orçamento daquele gestor, simplesmente não deliberaria, quer dizer o
709município virava um caos, por não terem orçamento, o orçamento tem o seu curso normal, mas faz parte
710do processo. Acho que o conselho tem que ter a sua oportunidade e o seu prazo para deliberar, acho
711também que com relação a esta questão de oportunidade o presidente falou agora, eu acho que esta
712perfeito o raciocínio, acho que o governo tem que se organizar no sentido de mandar as entidades que
713devam conhecer a proposta orçamentária a tempo este texto, para ele se organizar com tempo hábil para
714tanto, ou seja, se vamos mandar para a assembléia em setembro, no começo de agosto o que eu sugiro a
715vocês é o seguinte, façam por escrito, ofício ao gestor solicitando documento, e pecam que a resposta
716desse ofício seja dado em um determinado número de dias, se isso não for respondido, para que não
717reprisemos o que estamos aqui cansados de ver e os senhores de sofrer, o Ministério Público tem plenas
718condições conhecendo a matéria e também tentar dar encaminhamento positivo, agora vocês tem que
719fazer por escrito e a ausência de resposta ou resposta negativa vocês tem que dar o segmento jurídico ai e
720não tem como fazer diferente. Por tanto o processo vai em frente não há como impedi-lo e deve ir mesmo,
721mas é claro que é muito melhor que ele vá, é devido que vá com a manifestação do conselho. O que se
722pode fazer quando não houve no caso, a oportuna manifestação dos conselheiros ou condições para tanto,
723claro que você pode pensar em responsabilidade de quem devia mandar para cá a responsabilidade legal,
724de quem devia mandar para cá este texto, não mandou, podemos pensar inclusive em tese, em
725improbidade administrativa, essas coisas todas, porem acho que antes de impulsionarmos para uma linha
726de confronto, seria muito mais importante que houvesse algum tipo de entendimento entre o conselho e o
727gestor, que é isso que vai construir uma relação maior, claro a questão do confronto vai existir se for
728absolutamente necessária, do ponto de vista do Ministério Público a gente tem uma outra visão, mas vocês
729são controle social, interessa até onde for possível e ai é o limite ético, o que é possível suportar ou não é
730vocês que dirão, mas é natural que vocês tenham esse limite, mas até onde não foi exercido este limite, ou
731não for ultrapassado este limite, melhor dizendo, vocês tem procurar uma articulação com o governo, tem
732que combinar melhor essas coisas, agora a mais nós temos combinado e não tem dado certo, por tanto,
733acho que não deve cessar o esforço, mas vamos ser mais práticos, façam tudo por escrito, o que o governo
734devendo dar apoio a vocês, não der, devendo responder a vocês, não responde, devendo acatar
735deliberações, não acata, o Ministério Público sempre esteve neste papel de acompanhamento do trabalho
736de vocês e quando possível, quando necessário, quando devido, de apoio ao trabalho de vocês, vocês
737nunca estão sós, não é por nada que todas as reuniões tanto aqui como no município de Curitiba do
738conselho lá, sempre o Ministério Público está presente, hoje excepcionalmente pela gravidade do assunto
739eu tomei a liberdade de vir aqui e tomar o tempo dos senhores, das senhoras. A causa que é comum, e
740que superou a todos nós aqui. **Carlos Manuel** – Sem querer entrar em polemica com o Dr. Marco Antônio,
741mas eu acho que é importante um esclarecimento pelo menos por parte da secretaria do estado da saúde.
742A proposta do Plano Estadual de Saúde e tem caráter plurianual e ela é formatada ao mesmo tempo e
743encaminhada ao poder executivo para encaminhamento a assembléia do Plano Pluri Anual da gestão de um
744determinado governo. Então o Plano Estadual de Saúde é sub estrato do Plano Pluri Anual estadual e esta
745plano especifico da área de saúde ele também tem caráter Pluri Anual e ele é indicativo, ele não é
746deliberativo, ele é indicativo, e o Plano Estadual de Saúde ele se concretiza na formatação das propostas
747orçamentárias anuais, que também é ao mesmo tempo, quando assim estabelece a lei, o momento da
748revisão do Plano Estadual de Saúde ou do Plano Pluri Anual de cada governo, ele é indicativo e havendo
749alterações deve haver uma justificativa e esta justificativa se incorpora na proposta orçamentária, porque
750uma vez aprovado pela assembléia passa a incorporar e passa a fazer parte do Plano Estadual de Saúde,
751do Plano Pluri Anual do governo aquela alteração, porque não da para pensar que uma concepção
752desenvolvida por plano de governo por quatro anos ao longo do tempo ele não ocorra mutações ou
753necessidades de adequações. Então o Plano Estadual de Saúde é acompanhado por este plenário através
754da agenda e através dos relatórios de gestão que são incorporadas nas propostas orçamentárias dos anos
755sub seqüentes, então esse processo de revisão do Plano Estadual ele ocorre permanentemente com este
756plenário. Como informação a esta plenária, acabo de receber no gabinete os ofícios que foram
757encaminhados no dia 4 de maio que foi no dia subseqüente ao recebimento de encaminhamento da

129
130
131
132
133
134
135



ATA
3ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE
DO PARANÁ CES/PR



758secretaria executiva, ofício ao Dr. Nestor, secretário de planejamento, ofício ao Dr. Eron Azuar e no dia 5
759foi encaminhado ao presidente da Assembléia Legislativa convidando a assembléia através da sua comissão
760de orçamento a estarem presentes nesta reunião de hoje também. **Dr. Marco Antônio** – Eu só queria
761dizer ao Dr. Carlos Manuel que pelo o que ele fala com exceção de um pequeno ponto, nós estamos
762plenamente de acordo, ou seja, o Plano de Saúde vai ter que ser financiado pelas orientações, não apenas
763de políticas, mas de verdadeiras ações de saúde nele descrito, pelas leis daquele período previsto para a
764sua existência, ou seja, pelas LDOS e pelas LOS, o que me parece importante dizer é o seguinte, que
765apesar do que diz a lei, eu tenho para mim que o Plano de Saúde do Estado e de resto o Plano de Saúde
766dos municípios, ele pode e deve além daquela oportunidade prevista anualmente da sua revisão ele pode e
767deve ser aditado a qualquer momento desde que surja fato relevante do ponto de vista sanitário, se nós
768tivermos uma epidemia, alguma circunstancia que fuja ao previsto lá trás, como que nós vamos adequar
769aquela necessidade que surgiu depois da elaboração do plano, do seu financiamento, do que diz a lei e
770claro ouvir do Conselho de Saúde previamente se não for uma questão emergencial e apenas como critério
771de exceção executa o que for necessário e submete depois o aditamento ao Conselho e tomando as
772decisões antecipadas “Ad referendum” do Conselho, a questão do que rege mesmo, os senhores tem que
773estar presentes nisso e as senhoras também é o seguinte: - O que rege mesmo as questões de orçamento
774é Plano de Saúde, a Agenda de Saúde é previsão administrativa, a lei, não a regulação do Ministério da
775saúde, a lei sempre se reporta Relatório de Gestão e Plano de Saúde, isso é um norte de vocês. A agenda
776de saúde e todos os outros instrumentos que a administração publica criou também tem a sua importância,
777mas não tem nenhuma referencia com a lei, pode procurar na 8080 se tem agente de saúde e outros
778instrumentos. São necessários? São, mas isso não é importante. A grande referencia de vocês é Plano e
779Relatório de Gestão. Plano para prever o vai ser feito e Relatório de Gestão para verificar se a execução
780daquilo foi feito adequadamente, morreu o assunto. **Valdir** – Acho que foi distribuído para todos. **Ruy** –
781Sr. Presidente um a questão de ordem eu não tenho Regimento Interno aqui em mãos do nosso Conselho,
782mas se não me engano no artigo 27 do Regimento Interno, prevê que em todo o turno de trabalho deste
783Conselho haja um recesso de uns 10 minutos para vários motivos, e também para nós podermos ler nesses
784dez minutos, em tempo sem discutir aqui e nós concentrarmos cada um por si nesse documento que
785acabou de chegar a nossas mãos, então sugiro em obediência ao regimento interno esse recesso de dez
786minutos para nós tomarmos nosso cafezinho e também podemos ler rapidamente o documento que chegou
787em nossas mãos. **Valdir** – Se ninguém tiver nada contra seria providencial, a gente dar uns 10 minutos
788para a gente tomar pé desse documento que acaba de chegar a nossas mãos, então às 11:00 horas agente
789recomeça a reunião. **Valdir**- João pedi para o pessoal entrar por favor. **Ruy** – Senhor Presidente, demais
790conselheiros, Dr. Marco Antônio Teixeira. Como nós não podemos diminuir a LDO, podemos melhora-la,
791inclusive na competência da área de saúde é lógico, que é a nossa função como ficou bem claro nas
792manifestações anteriores aqui. **Valdir** – Dr. Ruy dá licença eu quero só que nós não entremos nesta
793questão, vou colocar até o porque disso, o Conselho não recebeu esta LDO, foi uma entidade conselheira
794que trouxe para este Conselho, então nós não temos condições de estar discutindo em cima de um
795documento que nós não recebemos oficialmente. **Ruy** – Discordo. Nós recebemos extra oficialmente.
796**Valdir** – Não nós não recebemos oficialmente este documento. **Ruy** – Esta em tempo de nós discutirmos.
797Então o que nós estamos fazendo aqui hoje. Então se cancelasse esta reunião ontem. **Valdir** –
798Entendemos. O que nós temos que discutir aqui Dr. Ruy, não é este documento, eu acho que o que nós
799temos que discutir é o descaso que ocorreu em relação a este Conselho, que não foi encaminhado para nós
800este documento. **Ruy** – Esta em tempo de nós fazermos modificações para melhorar isso aqui. **Valdir** –
801Sim, a plenária é soberana, a plenária vai defender aqui o que vai ser feito, o senhor tem a sua proposta e
802vai ser colocado para a plenária. Isso não vai ser tolo de ninguém o que achar mais conveniente. Agora
803eu só entendo isso e a mesa entende e vários membros da plenária entendem que como nós não
804recebemos oficialmente este documento, então este documento não faz parte da nossa documentação e
805nós não podemos discutir sobre um documento que nós não recebemos oficialmente, o que nós devemos
806neste caso é estar analisando as falas que foram colocadas aqui até o presente momento e nós estarmos
807então discutindo quais são os encaminhamentos que nós devemos tomar diante de que a LDO não foi
808encaminhada para nós, a tempo hábil para que nós pudéssemos fazer a discussão em cima disso, por outro
809lado, não se abstrai Dr. Ruy o interesse de que se levante algumas propostas e que não seja através do
810Conselho, eu penso assim. Mais pode procurar um parlamentar ou a entidade, não sei, ai é outra discussão

137
138
139
140
141
142
143



ATA
3ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE
DO PARANÁ CES/PR



811que eu não quero nem estar discutindo aqui, então o que eu entendo que nós não podemos entrar na
812discussão desse documento, que nós devemos discutir quais são os encaminhamentos que este Conselho
813tem que dar em relação a tudo isso que foi discutido até agora. **Ruy** – Data vênha Sr. Presidente eu
814discordo de algumas pontuações suas. Como nós estamos aqui reunidos, nós locomovemos a distancias
815grandes, temos ai o Leite que se locomove a uma distancia de 600 km de Curitiba, de ônibus, sofrendo
816nessas madrugadas frias, e 12 horas de viagem, eu acho muito injusto vir a esta reunião aqui e este
817Conselho se manifestar de como melhorar a LDO, são alterações que podem ser feitas em tempo, através
818de uma manifestação deste Conselho dirigida ao Secretário de Estado da Saúde e também a comissão de
819saúde da assembléia, isso esta bem claro na lei que criou este Conselho, na lei 10.913 de 4 de outubro de
8201994, nós seu artigo 5º das competências deste Conselho e obriga ações deste Conselho obter essas
821atribuições no inciso 8º que nós devemos atuar interação nas diretrizes de planejamento que é este
822documento aqui, LDO, das ações de saúde, “com as diretrizes do planejamento nas áreas de meio
823ambiente e de abastecimento, particularmente nos aspectos referentes a saneamento básico, controle de
824poluição ambiental, controle de endemias, normatização e controle sobre a produção e comercialização de
825alimentos, medicamentos e domissanitários, tais como, inseticidas domésticos, raticidas, detergentes e
826desinfetantes”. Também fala aqui bem claramente que compete a atribuição nossa o desempenho de
827outras atividades co relatas aí abre um leque enorme, em cima disto, das nossas atribuições, das nossas
828obrigações, nesse documento que nós acabamos de receber através da entidade SindSaúde que nós muito
829respeitamos pelo SINDPETRO esta aqui neste projeto de lei, número 194/06 no artigo 3º, onde fala das
830ações detalhadas posteriormente no projeto de lei orçamentária, aqui fala na área de saúde, no inciso 15, o
831Plano de Saúde tem que ser, estou com a palavra, programa de saúde, fala que tem ser mudado, tem que
832ser complementado com urgência, no artigo 15, senão vai inibir a construção, a quantidade de construção
833do hospital de referencias de centro de reabilitação, por exemplo, vai inibir a construção deste hospital a
834continuidade. Então veja bem, programa de saúde, promover a prevenção de doenças, a proteção e a
835atenção a saúde de forma integrada e centralizada e regionalizada, aumentar a cobertura de forma integral
836à saúde de crianças, adolescentes, mulheres e idosos. Eu quero sugerir rapidamente. A prevenção a
837proteção e reabilitação. **Valdir** – Dr. Ruy, questão de ordem, nós não estamos discutindo o documento.
838**Ruy** – Eu quero que conste em ata isso. Então em tempo que se manifesta isso não pode passar em
839branco na assembléia. Tem que alertar a Assembléia Legislativa através de documentos. **Valdir** – Ninguém
840discorda do senhor nesta posição. **Ruy** – E não sou eu pessoalmente a fazer isso, tem que ser um órgão
841respeitado que faça esta manifestação a comissão da saúde da assembléia, em tempo, ainda hoje, se
842possível de manha ainda, então que conste ai, reabilitação também para poder continuar a haver ações,
843principalmente nesta parte do hospital de reabilitação ai, que esta sendo construído em Paranavá e o
844nosso Sara aqui de Curitiba. **Valdir** – Eu acho que o Dr. Ruy fez a defesa dele de que devemos discutir o
845projeto de lei 19.406. A questão que se coloca, que ele esta coberto de razão na questão de que se deve
846discutir o documento, mas desde que este documento tivesse chegado até nós de forma oficial. Este
847documento não veio oficialmente. **Marcos Ratto** – Conselho dos Servidores Municipais Estadual. Eu
848concordo com o encaminhamento da mesa, agradeço a companheira Elfrida que pediu ao motoboy para
849trazer o documento, eu entendo perfeitamente, eu gostaria de pedir um encaminhamento a mesa que
850submetesse a plenária neste momento a proposta que nós vamos discutir este documento que na verdade
851não chegou oficialmente a este Conselho e quais são as medidas que nós vamos tomar daqui para a frente.
852Vamos que encaminhasse primeiro a votação neste momento a mesa, se nós vamos discutir na integra este
853documento agora, e daí depois em segundo momento a segunda proposta, quais são as medidas que nós
854vamos encaminhar daqui para a frente, eu queria pedir aos demais pares que acatassem esta proposta.
855**Jaime Ferreira** – Sindicato dos Petroleiros. Eu acho que devido ao debate que houve no início da reunião,
856ficou nítido aqui que todo mundo ficou repudiando a ação da secretaria ou do estado não ter este
857documento, então para mim a proposta que nós temos que fazer desta discussão, é uma proposta de
858resolução deste Conselho repudiando o desrespeito ao controle social em relação a questão da LDO. Isso
859juntamente com o anexo o relatório que veio do Ministério da Saúde em relação a gestão passada, 2004,
860que mostra que ações em saúde para a assembléia legislativa, protocolar isso na assembléia, aos
861deputados estaduais que vão apreciar a LDO, ao Ministério Público, ao governador, a imprensa, fazer este
862documento chegar a imprensa, e que nosso boletim realmente retrate a discussão deste Conselho, nosso
863boletim não sei, esta muito cara da secretaria, então que seja primeira pagina desse boletim nosso do

145
146
147
148
149
150
151



ATA
3ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE
DO PARANÁ CES/PR



864 Conselho a discussão para exteriorizar o que esta acontecendo neste Conselho. Por que não estamos
865 exteriorizando a discussão deste Conselho para as demais regiões do estado, e o que fazer com esta
866 documento, independente que tenha chego para nós por outras vias, não foi oficialmente, mas isso ainda
867 pode ser conseguido oficialmente, através deste Conselho solicitando de novo a assembléia que nós envie
868 isso, como a gente conseguiu através do SindSaúde, que oficialmente venha, mas que a gente não perca
869 tempo, que vá para as comissões e principalmente para a comissão de orçamento, fazer uma análise deste
870 documento em relação ao que foi proposto pela secretaria que é a questão do Plano Estadual de Saúde,
871 fazer o casamento, do que esta proposto no plano com o que esta na LDO, se não estiver casado não vai
872 sair nada. Então essa é a minha proposta em relação de encaminhamento. Nós não podemos sair sem uma
873 discussão aqui a tarde, nós podemos voltar aqui a tarde, nós estamos tentando elaborar um documento,
874 uma resolução de repudio a ação da Secretaria de Estado em relação ao controle social. **Valdir** – Até o
875 Jaime colocou o que seria depois, mas no momento nós temos que definir, a plenária vai definir, nós
876 vamos discutir este documento que não chegou a revelia, não chegou oficialmente para nós, ou não. Então
877 no primeiro momento, vamos decidir se vamos ou não discutir este aqui e em seguida o que vamos estar
878 fazendo em relação as outras propostas encaminhadas. **Ferreira** – Veja bem, a gente não pode discutir
879 este documento aqui na plenária, porque é um documento que é extenso. **Valdir** – Eu acho que já foram
880 feitas as defesa, em votação. **Ruy** – Não Sr. Presidente não cabe a discussão primeiro? tem gente escrita?
881 **Valdir** – O Sr. Quer discutir o que? O Sr. Que fazer outra defesa? **Ruy** – A proposta do Marcos Ratto.
882 Poder discutir, claro este documento chegou extra oficialmente. **Marcos** – Questão de ordem pergunto a
883 mesa se nós vamos abrir uma defesa a favor e outra contrária pelo o que estou vendo o Sr. Esta fazendo
884 uma defesa ou votar. Acho que todos estão apitos para a votação. **Valdir** - Quem define é a plenária. A
885 plenária é favorável que abra mais uma defesa favorável e mais uma defesa contraria ou passamos para a
886 votação? Primeira proposta, mais uma defesa favorável e contraria. Proposta 2 passamos a votação.
887 **Ferreira** – Questão de encaminhamento Valdir, mas tem que perguntar para a plenária se estão
888 esclarecidos, se não estiver esclarecidos, vamos ter que abrir a discussão. **Valdir** – A plenária está
889 esclarecida para votar? Bom, a plenária esta esclarecida. Em votação. Quem acha que devemos discutir o
890 teor deste documento é a proposta 1. Quem acha que nós não devemos discutir este documento porque
891 ele chegou extra oficialmente é a proposta 2. Quem vota a favor da proposta 1, levanta o crachá. Nenhum
892 voto. Proposta 2. Alguma abstenção? **Então, não vamos discutir este documento que chegou extra**
893 **oficialmente.** Então este fato encerrado. Por que nós temos que discutir agora em cima das discussões
894 que foram feitas até agora, quais são os encaminhamentos e ai a plenária esta absolutamente a vontade
895 para fazer todas as propostas que forem achadas pertinentes e nós vamos debater e vamos tirar os
896 encaminhamentos, as deliberações, que forem precisas. Olha, por ordem de inscrição. **Picorelli** –
897 Esclarecimento. Eu acho que tem que colocar em votação a proposta do companheiro Ferreira. Só isso.
898 **Valdir** – É preciso colocar em votação a proposta do Ferreira? Eu acho que esta dentro do hall de
899 discussão. Eu acho que não precisa colocar em votação. Eu acho que é consenso, acho que não precisa
900 nem colocar em votação. Tudo bem **Carlos** – Eu gostaria que ficasse claro para a sociedade civil quais são
901 os seus órgãos representativos, que estão favoráveis a esta resolução. Acho que dar a posição de que é
902 consenso, não nomeia quem deu a proposta, não nomeia quem apoia e quem não apoia, só acho que a
903 maioria foi consenso. Você pode até dizer eu participei foi consenso e você, o que você pensa? Então acho
904 que cada um tem que se manifestar. **Ferreira**– Veja bem Valdir, eu estou tentando ajudar a mesa a
905 encaminha, é o seguinte, eu coloquei uma proposta, se tiver uma proposta diferente da minha, vai ter que
906 ser apreciada, nós vamos ter que votar a proposta para ser apreciada. Agora quanto a resolução, essa
907 resolução vai ser lida aqui no plenário, as entidades vão se manifestar a favor ou contra esta resolução,
908 então quem quiser se manifestar e que registrar a votação na ata, vai ser feito isso, o que eu estou
909 querendo encaminhar é que se tiver uma proposta diferente da que eu coloquei aqui, que seja colocada
910 para a gente poder debater as propostas e esclarecer ao plenário e depois votar qual proposta nós vamos
911 encaminhar. Não sei se é consenso que a minha proposta seja para todo mundo. Se tiver proposta
912 diferente daquilo que eu apresentei, a gente tem que começar a discutir e se manifestar ou contra ou a
913 favor da proposta para que possamos encaminhar. **Valdir** - Esta proposto que vocês estão digitando?
914 **Ferreira** - Nós vamos fazer uma proposta de resolução de repudio a ação do governo e da secretaria em
915 relação ao desrespeito ao controle social e para onde nós vamos encaminhar esta resolução oficialmente do
916 Conselho. Esta é a minha proposta em relação também a publicação dela no nosso boletim, para

153
154
155
156
157
158
159



ATA
3ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE
DO PARANÁ CES/PR



917encaminhar para a imprensa e exteriorizar para a sociedade o que esta acontecendo com o controle social.
918Essa é a minha proposta e depois a gente fazer os encaminhamentos junto as comissões a discussão do
919documento, porque daí oficialmente a mesa vai conseguir este documento, mais acho que a gente pode
920estar antecipando a discussão, porque o documento já esta em nossas mãos, a gente fazer esta discussão
921antecipadamente, as entidades podem levarem para os seus pares discutir e trazer uma proposta para ver
922como que nós vamos encaminhar essa resolução, casando com o Plano Estadual, então a minha proposta é
923essa. Se tiver alguma proposta diferente dessa que se coloque e a gente vai debater as duas e a gente vai
924ver qual é a melhor para ser debatido. **Valdir** – Exatamente, este é o encaminhamento que nós vamos
925propor. Alguém tem alguma outra proposta diferente a essa? Complementar? **Elfrida** – Na verdade é só
926encaminhamento de complementação. Eu penso que como é necessário nós já termos pautada a discussão
927do Plano Estadual de Saúde, que a partir do momento que a LDO será reportada para a comissão, ela seja
928conjuntamente pautada isso deve ser em tempo hábil, porque já estamos em maio, a temática, umas das
929próximas reuniões como revisão do Plano Estadual de Saúde e inserindo a discussão da questão do
930orçamento, e que a mesa já faça a agenda dessa discussão, complementando a informação do Ferreira, eu
931concordo com a agenda dele, a proposta. **Valdir** – Só um esclarecimento. Eu estou lendo aqui a agenda
932mínima e esta previsto para agosto, dia 29 de agosto uma reunião extraordinária, debate da proposta do
933plano de governo na área da saúde. É muito longe a gente tem que estar puxando para julho, essa
934proposta e também a discussão da lei orçamentária, acho que isso a gente tem que estar puxando para
935julho e até com os documentos que o Conselho já tem acumulado, porque não precisa estar reproduzindo,
936a não ser aquele conselheiro que ainda não tem o documento, solicitar individualmente, mas os
937conselheiros que já tem esses documentos de anos anteriores a gente esta organizando isso e a comissão
938de orçamento estar formatando esta discussão para que o Conselho possa discutir então em julho, começar
939a discussão do Plano de Saúde e daí lei orçamentária. **Elfrida** – Só uma ressalva. Eu acho que o
940documento quando ele for repassado aos conselheiros ele já deve estar revisado e atualizado. Eu não sei,
941eu sou conselheira nesta gestão nova e não tenho acesso a esta informação, mas penso que da época que
942ele foi apreciado, ele deve ser revisado, atualizado, e esta versão ela deve ser encaminhada com
943antecedência para que em julho a gente possa estar fazendo comitadamente esta discussão. **Ferreira** –
944Eu só queria tentar o seguinte: - Na reunião que a gente tinha proposto a agenda em relação a LDO e a
945mesa ficou de verificar a data certa, que seria encaminhado para a assembléia para pautar, eu acho que
946isso a mesa se perdeu e não colocou porque realmente já estava dia 17, e já estava lá, e a gente tentando
947discutir uma data aqui. Que realmente verificasse a data correta do prazo que tem para a LOA, daí sim vai
948entrar as ações de saúde, que esta dentro do Plano de Saúde revisado como a companheira coloca aqui,
949para a gente poder estar casando esta discussão da LOA eu acho que é importante a gente ver essa data,
950para depois não lamentar que esta data passou, que já estava lá, que a mesa fique atenta e pautar a
951prioridade desses assuntos que é esta a prioridade deste Conselho. **Carlos** – Eu estou aguardando, a
952minha proposta esta ai na mesa e eu gostaria que fosse votada também. **Valdir** – Na verdade
953complementa o que o pessoal esta falando, que os documentos sejam encaminhados em tempo hábil e
954resgatando, é diferente disso? **Carlos** - Na resolução de que o Conselho pede por lei estadual, receber os
955documentos no mesmo período da assembléia legislativa por também ser um órgão que representa a
956sociedade civil, é esta a proposta que eu tenho. Que não tem nada a ver com a proposta dele que é uma
957proposta de repudio, a não comunicação. E eu tenho uma proposta de encaminhamento, porque eu acho
958que a gente tem que estar aqui combatendo, mas construindo, a linha de construção. **Joel** – Questão de
959esclarecimento. É pertinente, porque nós chegamos aqui hoje para discutir LOA e LDO, não tínhamos
960documento nenhum. Então o que significa? O gestor não nos mandou, então um documento que pode ser
961de qualquer tipo, uma resolução como ele esta pedindo, é para que não aconteça mais, por que quem esta
962aqui a três anos como a minha pessoa e na reunião passada eu disse que eu já estava cansado de ver isso
963e daí vai também para a mesa, o Neto que esta começando agora, vocês da mesa também tem que ficar
964atento, por que tem um prazo, todo mundo sabe que é até dia 15, e a reunião veio e vocês tinham que
965estar interferindo ao gestor para que este documento estivesse aqui. E não que viesse por essas vias.
966Então a mesa diretora tem o seu papel e é isso que ele esta cobrando. Agora pouco você falou da agenda
967mínima, eu não quis interferir porque você fez uma misturada em relação a plano e tal. Agora prazo até dia
96815 é as leis orçamentárias, até outubro o orçamento propriamente dito, então nós temos prazos em agosto,
969então é essa mistura que ocorre e ele esta cobrando para que não ocorra mais este pouco caso do gestor,

161
162
163
164
165
166
167



ATA
3ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE
DO PARANÁ CES/PR



970então nós temos que fazer um comunicado e ele esta pedindo isso ai, acho que é pertinente sim. **João**
971**Maria** – Valdir é o seguinte: - Eu acho que o próprio promotor já falou para a gente hoje, anteriormente,
972nós temos que fazer um documento, tem que ser respaldado este documento, temos que ter um
973departamento jurídico, uma acompanhamento jurídico técnico, a emenda ofereceu para nós. Nós estamos
974sendo massacrados por informações, muitos companheiros ai que jogaram um monte de informações em
975cima da gente, e tem companheiros aqui que são conselheiros a muito tempo, tem outros que são novos,
976no final do ano vai entrar mais outros, nós não temos curso de capacitação, não sabemos quando vai ter,
977então a Elfrida esta aqui, a comissão vai ser feita ainda, eu acho que tudo pesa. Foi oferecido para nós
978acompanhamento jurídico, vamos solicitar esse acompanhamento jurídico, vamos agarrar essa
979oportunidade, eu acho que o Conselho esta pecando nessas coisas também. Se existe a possibilidade de
980cada reunião ter um técnico anteriormente junto com a reunião da diretoria, junto com a executiva,
981decidindo prazos, igual ao companheiro que lembrou também, eu acho que tem que ter, tem que ter os
982técnicos jurídico acompanhando a gente. Não adianta a gente fazer uma reunião grande, nós vamos ter
983uma reunião amanhã grande do Plano Gestor da Vigilância. Os caras vão vir e bombardear a gente de
984informação e tudo mais. E cadê os técnicos? O Neto vai chamar um companheiro farmacêutico. Cadê os
985técnicos? Cadê o restante? Não é por ai, não adianta querer, o João é da comissão, o Neto é da comissão e
986vão em cima deles, a gente tem que ter acompanhamento e tem que ter respaldo para nós trabalhar. Não
987podemos chegar aqui como o outro companheiro falou, viajar 9 horas de viagem, mais de 600 km e chegar
988aqui e ser usado. Não é isso o caminho do Conselho. Lá no nosso Conselho municipal em Cascavel,
989acontece muito isso, o companheiro que esta ali deve conhecer muito bem, é o nosso caminho. A gente
990toma uma decisão no Conselho, não tem evolução, nós vamos para o promotor, encaminha para o
991promotor. Aqui este Conselho encaminhou alguma coisa para o promotor? Então acho que esta na hora de
992arregaçar essa alvenaria do Conselho. **Valdir** – Eu acho que até complementando o que ele estava
993falando, seria o caso deste Conselho criar uma resolução para criar uma acessória jurídica própria para que
994nós possamos ter então este acompanhamento, independente em favor a este Conselho. **Ferreia** – Para a
995gente estar colocando as coisas nos seus devidos lugares, é o seguinte: - Aquelas falas dos companheiros
996inclusive são conselheiros novos aqui, a necessidade de formação dos conselheiros que chegaram novos
997para entendimento do funcionamento de toda a questão da saúde e da nossa fiscalização e eu vejo que
998algumas questões a gente pode estar formulando com mais calma, com mais prudência, até para a gente
999não saia no afogadilho e sair resolução para tudo quanto é lado ai. Tem questões, a preocupação do
1000companheiro quando coloca a questão dos prazos e tal, isso esta inclusive no nosso regimento interno, a
1001questão da agenda da nossa pauta mínima. O que tem que ter a discussão do Conselho na nossa gestão
1002isso esta escrito lá. Então cabe a mesa fazer esta agenda que já foi feita e apresentada aqui nas inscrições
1003das datas e prazos e isso ai é oficial, os prazos e datas. A mesa tendo o conhecimento disso vai estar
1004pautando em tempo hábil inclusive comunicando a secretaria dos documentos necessários para fazer essa
1005discussão, encaminhando com as suas devidas discussões e ter o parecer do Conselho em tempo hábil para
1006a gente poder discutir. Isso já esta discutido no Conselho, isso para mim já é a espinha dorsal do Conselho,
1007o eixo desse Conselho a discussão da sugestão, então não precisa fazer resolução para isso não, eu acho
1008que é só a mesa começar a colocar isso na sua pauta, na sua discussão, o que é prioridade neste Conselho,
1009o resto que vem a gente poder encaixar e ver as prioridades, mas daí a discussão é outra. Mas a verdade
1010maior deste Conselho é esta que nós estamos discutindo hoje aqui. Então eu já tenho mais ou menos
1011esboçado um documento, podemos até reunir uns companheiros aqui para definir se essa redação para a
1012gente apresentar e aprovar esta resolução, mas eu vejo que o companheiro tem razão na questão mas a
1013gente não precisa fazer uma resolução neste sentido, porque esta questão é da agenda do Conselho e esta
1014dentro do nosso regimento, então não é necessário fazer uma resolução a questão da data, o que é
1015prioridade para se discutir. Inclusive pode colocar alguma questão em relação ao colocar, pode estar
1016incluindo nesta resolução aqui. Seria até um puxão de orelha na mesa. A gente vai voltar a tarde? Se a
1017gente vai voltar a tarde, a gente tem tempo de discutir mais amplamente com alguns companheiros das
1018outras entidades e melhorar o texto, se a gente não voltar a tarde, eu vou ler o texto aqui, e a gente faz a
1019emenda agora e vota já e encerramos a reunião agora. Ai tem que deliberar para ver se a gente vai
1020continuar a discussão a tarde. **Valdir** – O que a plenária define, nós estendemos a discussão? Então o
1021Ferreira vai ler. **Ferreira** – O CES PR reunido na sua 3ª Reunião Extraordinária em 10 de maio de 2006
1022manifesta seu repúdio a direção da Secretaria Estadual de Saúde SESA/PR pelo reiterado desrespeito ao

169
170
171
172
173
174
175



ATA
3ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE
DO PARANÁ CES/PR



1023 controle social do SUS, ao CES PR estância colegiada de caracter deliberativo compete a definição e
1024 fiscalização da política de saúde, inclusive em seus aspectos orçamentários e financeiros. A agenda do
1025 Conselho Estadual de Saúde prevê a análise e aprovação das leis orçamentárias do tocante ao
1026 cumprimento da Emenda Constitucional 29 que estabelece a vinculação de 12% de determinadas receitas
1027 as ações de serviços de saúde. A secretaria estadual de saúde não apresentou previamente ao Conselho
1028 Estadual de Saúde a mensagem da lei de diretrizes orçamentárias LDO, para o exercício financeiro de 2007
1029 para devida análise e aprovação, a mensagem da lei de diretrizes orçamentárias LDO foi protocolada pelo
1030 governo estadual da Assembléia Legislativa no dia 17/04 fato que não foi ao mesmo comunicado ao
1031 Conselho Estadual de Saúde, o CES/PR reunido extraordinariamente no dia 26/04 não realizou a discussão
1032 da proposta da LDO pelo fato de não haver recebido a proposta da SESA/PR, nesta oportunidade a
1033 SESA/PR integrante do Conselho Estadual de Saúde do Paraná omitiu a informação de que esta mensagem
1034 já havia sido protocolada na assembléia legislativa, cabe ressaltar que o governo do estado do Paraná não
1035 tem cumprido a Emenda Constitucional 29, fato comprovado pela auditoria realizada pelo Ministério da
1036 saúde atendendo a solicitação do Ministério Público do Paraná, a gente coloca anexo este relatório que veio
1037 do Ministério para poder ter conhecimento dos deputados se é que não tem ainda, então a proposta do
1038 texto é essa, se alguém quiser fazer uma emenda a gente pode discutir. **Elfrida** – Eu só sugiro no último
1039 item incluir a referencia, ou citando em anexo o documento tal para deixar claro que é em referencia dessa
1040 auditoria que nós temos em mãos, só para complementar a redação, fazer a citação correta. **Ruy** – A
1041 entidade é o DENASUS deixar bem claro isso ai. **João Maria** – Valdir, eu gostaria também que fosse
1042 anexado o ofício que foi mandado pelo Dr. Carlos Manuel hoje, solicitando os documentos para a gente,
1043 bem lembrado pelo companheiro aqui agora. **Luís Salim** Represente do Conselho Regional de Medicina –
1044 Eu só queria Ferreira eu só queria mudar, como eu estou chegando agora, a minha temperança está
1045 melhor. Mudar alguns adjetivos ali no começo, a idéia eu concordo, mas nós estamos vivendo um momento
1046 que tem que se buscar uma negociação, eu sei que já não só deste governo, mas também nos anteriores
1047 existe sempre a discussão em relação aos 12%, realmente é isso o motivo da nossa discussão, então
1048 apenas eu queria se a gente pudesse encontrar um adjetivo melhor do que repúdio, desrespeito, omitiu,
1049 sabe, para não ir, nós temos que continuar negociando, então se você chega com um documento desse,
1050 sempre trás algum tipo de dificuldade, eu fico mais na forma, mas eu concordo com o conteúdo, com a
1051 idéia, porque realmente tem que se discutir anteriormente como vai ser, não pode ir para a assembléia sem
1052 ter esta discussão, então é só a forma de redação. **Elfrida** – SindSaúde. Eu na verdade vou discordar da
1053 fala do Dr. Salim porque eu entendo que a palavra repúdio na verdade ela expressa principalmente o nosso
1054 sentimento em relação ao que aconteceu em termo de processo, talvez o Dr. Salim não tenha participado
1055 dos momentos de discussões anteriores, mas nós tivemos varias situações querendo fazer este debate
1056 então eu acho que a palavra neste sentido, enquanto adjetivo ela realmente vai expressar o nosso
1057 sentimento no momento que ocorreu o fato aqui neste Conselho, eu discordo do seu encaminhamento.
1058 **Marcos** – Observador. Fórum Popular de Saúde. Eu entendo que os fatos que ocorreram aqui, você
1059 mesmo na hora da sua fala expõem que concorda com o teor do documento, e eu entendo que o que tem
1060 que ser manifestado aqui que é um documento que tem um conotação de um posicionamento político é de
1061 expressar o mais explicito repudio, e tem outra descaracterizar, negar isso é descaracterizar o que
1062 aconteceu com o Conselho. Eu pude participar da ultima reunião do Conselho e em nenhum momento eu vi
1063 que tinha representante da SESA na sala, em nenhum momento foi mencionado que já tinha sido
1064 protocolado, então vira um ritual essa reunião aqui e é completamente desmoralizante, eu acho que o que
1065 os conselheiros tem que votar é nesse sentido, ou a gente desmoraliza completamente este espaço aqui ou
1066 assume uma posição política de denunciar e essa denuncia não é só para dentro do governo, ela tem que
1067 ser para a sociedade, eu acho, não sei se o Ferreira comentou eu estava conversando com ele no intervalo
1068 isso, acho que a capa do próximo boletim do Conselho tem que expressar este sentimento do Conselho,
1069 falar isso, eu acho que a manchete do próximo boletim tem que ser isso, é uma desmoralização. **Ivanor** –
1070 Eu como sindicalista pergunto, a que ponto chegamos? Realmente existe um ritual nas negociações e nós
1071 estamos hoje num ponto, no meu entendimento de negociação, ainda não esta travada a guerra, embora
1072 os ataques tenham sido pelo que me consta já bastante antigos nesta linha de informações, mas uma
1073 correspondência que já predispõem uma interrupção de negociações ela geralmente tem tendência a não
1074 ser atendida eu gostaria apenas de socializar esta informação sobre a possibilidade de nós realmente
1075 alterarmos ligeiramente o documento com uma pretensão de que em não atendendo, nós estamos pedindo

177
178
179
180
181
182
183



ATA
3ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE
DO PARANÁ CES/PR



1076 espaço para abrir negociações para discutir esses pontos e se não atender ai sim levar a cabo com toda a
1077 força, nós não estaríamos fechando a negociação, é opinião minha. **Antônio Zarantonelo** – Fetaep
1078 Representando os usuários. Eu também concordo com tudo que foi dito aqui, inclusive com os termos
1079 utilizados na sugestão do companheiro Jaime. Eu acho que o Dr. promotor deixou claro aqui dois pontos
1080 fundamentais. Primeiro o que isso significa em termo de desrespeito e o surpreendeu deixou ele numa
1081 situação de abismo e é uma autoridade que tem um papel importante, com toda a sua competência e
1082 verificou isso, coisas que nós talvez não verificamos com tanta abrangência mais conseguimos sentir esta
1083 abrangência e foi assim determinado como desrespeito na minha singela percepção entendi que foi além de
1084 um desrespeito mais também houve uma subestimação deste Conselho, nós fomos subestimados porque
1085 essa não foi a primeira vez, aqui já foi dito por muitos que é uma seqüência de fatos, então isso não é só
1086 desrespeito é também subestimar. Então diante dessa realidade desse quadro eu acho que esta ai a
1087 resolução de repúdio, com todo o seu conteúdo, não sei se a minha percepção esta lenta e eu consegui
1088 captar tudo, eu estou preocupado um pouco de a gente não deixar uma prevenção para que isso não se
1089 repita o ano que vem por exemplo, então além do repudio, o que a gente possa construir até para ter um
1090 motivo fundamental que é este momento esquisito e possa nós colocar uma situação, olha isso não pode
1091 se repetir mais, e que isso vá por escrito, porque também o promotor deixou explicito e nós não devemos
1092 mais ficar indignando na discussão, mais também relacionar com as coisas escritas, também foi dito pelo
1093 promotor que não ser atendido o que nós escrevemos ai nós temos um caminho que inclusive é
1094 promotoria, então eu acho que nós não podemos perder de vista estes pontos fundamentais, me parece
1095 que este último, se eu não percebi ainda esta falho, não esta ainda completado e aproveitar este momento
1096 para também fazer um documento além do repúdio. **Ferreira** – Eu vou discordar do companheiro, eu
1097 também sou sindicalista, a gente negocia aquilo que é fora da lei, dentro da lei tem que ser cumprida, e
1098 essa função deste Conselho é fiscalizar e exigir que seja cumprida a lei, é esse o nosso papel, então nós
1099 não estamos fazendo nada mais do que exigindo isso e respeito a este controle social e o governo esta
1100 sendo feito, então nós não estamos negociando alem da lei, os 12% é o mínimo que a lei manda e não
1101 esta sendo cumprido porque os 12% está sendo inchertados com outras ações, que já foi comprovado
1102 com este relatório, então nós precisamos realmente fazer ênfase a estas questões e nosso repúdio é em
1103 relação a isso mesmo, então eu vejo que nós não estamos negociando nada, nós estamos exigindo o
1104 cumprimento da lei, exigindo que seja debatido os assuntos que tem ser debatido neste Conselho que é o
1105 nosso papel, sem essas ferramentas de analises a gente não pode fazer a fiscalização, vamos fazer de
1106 conta que nós estamos fiscalizando, então nós temos que exigir mesmo, e repudiar a ação que não foi
1107 cumprida, nós estamos exigindo a lei, não estamos negociando nada mais do que a lei, a gente poderia
1108 negociar além dos 12%, ai sim seria negociação, negociar com o governo vamos colocar 13 %, 12,5%,
1109 12.2% aí é negociar, mas 12% é o mínimo manda colocar, então esse é o nosso papel, nós não estamos
1110 negociando, nós estamos colocando o nosso repúdio mesmo colocando esse desrespeito a este Conselho,
1111 com o executivo, a palavra executivo o que é? Executa as ações que a sociedade quer que execute e nós
1112 somos um órgão da sociedade para que isso aconteça, realmente é claro nosso papel aqui não poder
1113 desviar disso, não estamos pedindo pires para ninguém. **Dr. Salim** – É só uma questão de estilo para a
1114 gente não ficar discutindo periféricos, mas na verdade ao assunto central. O motivo desta Reunião
1115 Extraordinária é discutir o orçamento. Se cumpre os 12% ou não, e se cumpre como o Carlos falou, de que
1116 forma esta sendo cumprido, será que tem alguma coisa que não é diretamente relacionada a saúde que
1117 esta sendo embutida, alguma questão do saneamento e outras coisas, eu acho que este é o foco que a
1118 gente tem que discutir, até peço data vênua, eu só fiz o levantamento Jaime na redação mas isso é até
1119 periférico, concordo com você o que nós temos que discutir é realmente os prazos que infelizmente mais
1120 uma vez nós não tivemos tempo e você recebe isso daqui também é impossível de você poder opinar se
1121 você não tem um anexo, se você não tem um discriminativo para a gente poder, então o que nós
1122 precisamos discutir são esses prazos que infelizmente já passaram a gente tem muito pouco tempo, então
1123 acho que o encaminhamento é esse, a gente discutir e ter a chance de poder opinar e apontar aquilo que a
1124 gente entende como irregularidade, não vou dizer irregularidade, mas que não esta cumprindo dentro dos
1125 propósitos da lei, é isso. Até a redação deixa para depois mais a idéia é exatamente isso. **Valdir** – Eu acho
1126 que a mesa esta pensando aqui, tem a proposta que o Jaime apresentou, a redação que o Jaime
1127 apresentou. Ivanor você retira. Eu acho que talvez alguma adequação, mas acho que não tem. **Carlos** –
1128 Federação dos Pastores. Colocar no documento de repúdio, pedindo o cumprimento do artigo 18 da lei

185
186
187
188
189
190
191



ATA
3ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE
DO PARANÁ CES/PR



112919.406, do capítulo 5, que dispõem da transparência da gestão fiscal, então este repúdio é justamente o não cumprimento dessa transparência de gestão fiscal que estabelece aqui na própria lei, por ser o Conselho é o responsável também pela questão do controle social, ou o que da o parecer de aprovação pelas propostas encaminhadas pelo poder executivo e legislativo, quando o projeto de lei que se refere a questão da saúde. Então é nessa contribuição, a observação da questão do artigo 18, da lei 19406 que é esta mesma, no capítulo 5, e também do artigo 20, no qual inclusive sinto que o Conselho foi prejudicado. É só para ficar incluso aqui como proposta. **Valdir** – Carlos eu só quero entender, falou da execução fiscal? **Carlos** - Da transparência da gestão fiscal. A lei orçamentária de 2007 deverão ser realizadas de modo a evidenciar a transparência de gestão fiscal, observando o princípio da publicidade e permitindo este amplo acesso da sociedade, a todas as informações relativas a cada uma dessas etapas, que são as 11 etapas listadas pelo governo como prioridades pela a elaboração desse plano de diretrizes orçamentárias. **Valdir** – Pelo o que eu entendo é gestão que deve ser, a gestão em si que deve ser sempre estar trazidas, as diretrizes gerais para a elaboração, LDO, correto. **Marcos** – Uma coisa que eu entendi da exposição dele, não existe divergência enquanto o mérito que ele está dizendo, agora eu acho que não caberia citar a lei de diretrizes orçamentárias que não nós foi apresentada como referência, mas acho que para usar essa expressão da questão da transparência da gestão financeira, acho que tudo isso consta no documento como um princípio, mas não fazer a referência explícita a LDO que no fim das contas, na prática é o seguinte, obviamente nós vamos ter que citar isso no repúdio, mas temos que ter na lembrança de todos na hora que a gente for votar nisso, que este projeto que está na mão de vocês foi trazido por um motoboy por conta de um contato que foi feito hoje pela manhã na Assembleia Legislativa, foi rastreado lá o projeto e trazido para cá, a SESA em nenhum momento trouxe este projeto. **Valdir** – Não podemos citar um documento que não existe oficialmente. **Carlos** – O documento existe e está protocolado na Assembleia Legislativa é um documento do governo do estado do Paraná. **Apolinário** – DEFIPAR e usuário. Eu só queria que a mesa fizesse um encaminhamento, que eu estava deixando passar, que encaminhasse junto a assembleia a esta 194, no seu artigo 15º. Mas vamos encaminhar a assembleia legislativa que de qualquer maneira vai ser aprovada esta lei, isso aí queira ou não já está na assembleia, vai ser discutido na assembleia. **Valdir** – Sim, mas o Conselho não pode tomar posição em cima de um documento que não nós chegou oficialmente. Este assunto já foi levantado e já está vencido. Aí as entidades que quiserem ir lá e discutir tudo bem. **Apolinário** – como entidade? **Valdir** - Como entidade sim. **Ruy** – Mesa algumas contestações. Desculpe, espero que sem atingir muito esta mesa. Por que esta mesa não providenciou este documento em tempo hábil? Primeiro questionamento. Estava disponível, como foi disponível hoje. Segunda contestação. Eu gostaria de por e que esta plenária analisasse, uma resolução provavelmente, muito provavelmente para não falar com certeza, não vai ser homologada, não sendo homologada ela não tem efeito nenhum. Então temos que pensar nisso. Então em vez de resolução, nós temos que repensar em uma outra forma de deliberação, talvez uma moção. Uma resolução não sendo homologada não tem efeito e uma resolução nestes termos com certeza meu amigo Jaime não vai ser homologada, então vamos transformar isso em deliberação ou moção. Moção não precisa de homologação do Gestor. Apenas isso para contribuir. **Marcos** – Dr. Ruy gostaria que você prestasse atenção nesta questão, eu acho que não deve ser neste momento pautado a decisão se nós vamos ou não vamos fazer uma resolução, pelo fato de que vai ser homologado ou não, este é um documento que se presta a um posicionamento político deste Conselho. A deliberação que tenha maior contundência é uma resolução, se ela vai ser homologada ou não, isso aí é um problema outro, a gente tem que divulgar ela como resolução que foi aprovada pelo Conselho em si, esta que é a questão central, não tem que diminuir porque ela não vai ser homologada um argumento meio frágil. **Ruy** – Marcos Armando veja bem, nós temos outros meios que não apenas homologação, nós temos noções, deliberações, dirigências e etc, cabe aí deliberação pura e simplesmente, deliberação tem o efeito de uma resolução, sem a concordância do gestor, e temos também moções. Podemos rediscutir isso antes de votar, nós não estamos contra esta ideia inicial, mas veja bem, a resolução só tem efeito prático para o Ministério Público, para qualquer órgão, se for homologada. E ela não vai ser homologada esta resolução. Temos que pensar nesta possibilidade. A outros caminhos e também tem o seu efeito, não precisa ser moção pode ser deliberação e também outra forma recomendação perdão deliberação ou moção obrigado. **Ferreira** – Eu concordo com o Marcos, porque acho que este Conselho não pode ficar a mercê, refém, de uma homologação do poder executivo, do gestor. Ou a gente tem esta liberdade, tem os caminhos legais para que exija o cumprimento desta

193
194
195
196
197
198
199



ATA
3ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE
DO PARANÁ CES/PR



1182resolução, ou a gente vai ficar aqui sempre dependendo, ficando refém da assinatura do secretário. Lógico
1183que ele não vai concordar, é uma ação política, é um ato político este do Conselho que esta feito aqui, se
1184ele não homologar é mais uma questão de desrespeito a este Conselho, vai somar só mais um desrespeito,
1185só isso. **Valdir** – A gente agradece a lembrança do Dr. Ruy, mas quem tem que definir é a plenária. Se
1186este documento vai sair daqui como uma resolução que o artigo 29. Dr. Marcos localizou **Marcos** – Artigo
118729 Que este Conselho tem feito quando ele exerce o seu papel de fiscal e delibera a respeito de dirigências,
1188recomendações, ou moções. Qual é a diferença bem básica disso? As Resoluções são atos, que a lei prever
1189possa o Conselho exercitar na sua face deliberativa, o Conselho também tem o papel consultivo etc., então
1190a recomendação, esta recomendação para ter valor legal precisa ser homologada pelo gestor, se vocês se
1191decidirem por esta via, o que for escrito não há garantia de que vai haver homologação ou não, mas é uma
1192opção de vocês. A questões da dirigências, não me parece pelo andar da discussão que fosse o caso
1193porque dirigência se por acaso vocês entendessem neste momento, de solicitar informações, documentos,
1194por exemplo à assembléia, os documentos que lá estão, porque talvez este aqui esteja incompleto. Não é o
1195caso me parece pelo o que eu percebo da discussão. Depois as recomendações, a recomendação
1196juridicamente é um ato exortativo você exorta alguém a cumprir ou deixar de cumprir algo previsto em lei.
1197E a última é a moção, que são posições do órgão tanto do Conselho que independem da homologação do
1198gestor, então é só para dar tecnicamente, muito superficial, uma moção do que vocês podem escolher,
1199qual é o cardápio, o cardápio juridicamente é esse. Deliberação é gênero, então vocês tem que escolher se
1200for o caso uma dessas. **Ruy** – A comissão anterior que elaborou este projeto de regimento, nós
1201reconhecemos que faltou o termo de deliberação como o ministério usa, a deliberação tem quase a força
1202de uma resolução, sem a homologação do gestor, então no próximo regimento deve constar a palavra
1203deliberação também. **Elfrida** – Eu na verdade queria um esclarecimento do Dr. Marco Antônio nesta sua
1204fala, porque eu tinha o seguinte entendimento: - Que nós a partir do momento que fizéssemos uma
1205resolução e ela não fosse homologada, ela teria caminhos posteriores da não homologação, a consequência
1206dela, porque eu fiquei um pouco confusa na sua fala, porque eu vejo o valor, o significado deste
1207encaminhamento ele permanece porque daí quando ela não for homologada, porque a pessoa a qual foi
1208referendada da o seu parecer contrário. Isso só tem o entendimento daquele parecer para a gente
1209deliberar, apesar de termos isso a pessoa não homologou e nós tomaríamos medidas subseqüentes eu
1210gostaria que o Sr. me esclarecesse um pouco melhor. **Marcos** – A senhora tem razão. Veja bem, esta
1211acontecendo com relação as resoluções do Conselho que eventualmente não são homologadas pelo gestor
1212é de que as vezes, para ser franco, na maioria das vezes o Conselho acaba se conformando com esta
1213situação, ele não tem que necessariamente se conformar, tem que se conformar se as razões que pelas
1214quais o gestor coloca para não homologar convencerem o Conselho de que eventualmente aquela posição
1215que ele tomou não é legalmente a mais indicada, eu ressalto que qualquer ato de homologação e
1216principalmente de não homologação de resolução do Conselho deve vir fundamentado, o gestor não tem
1217eficácia jurídica de dizer não homologo e ponto, tem que dizer porque, por que até na justificativa é que o
1218Conselho vai poder ter a noção de concordar ou não com a homologação ou discordar. Agora supondo o
1219caso que a senhora coloca de que o Conselho deliberou e o gestor não homologou é evidente que a
1220questão não homologada pelo gestor neste momento não impõem a este gestor obrigação de cumpri-la,
1221até porque ele não concordou, não homologou neste momento ele não tem. Agora a situação vai ficar
1222como, se o Conselho insistir entendendo que as razões pela não homologação não são subsistentes ele tem
1223que encaminhar isso para frente, porque o Conselho de saúde não tem autonomia jurídica, ou seja, não
1224tem personalidade jurídica, ele não pode por exemplo propor uma ação contra quem quer que seja, ele
1225embora seja um órgão fiscal do poder executivo, ele integra o poder executivo na área de saúde, então
1226vocês tem uma independência, porque tem que ter para exercer o papel de fiscais da gestão de saúde. Mas
1227vocês não tem uma autonomia, vocês não tem a possibilidade jurídica de autonomamente propor ações,
1228então o que vocês vão fazer se não convencidos com a não homologação? Vão encaminhar para o órgão
1229cuja a matéria ali deliberada tenha que dele conhecer, ou o tribunal de contas, ou o Ministério Público, ou
1230para a imprensa, ou sei lá, ai vai depender da matéria que foi não homologada. Deu para entender? **Valdir**
1231– A plenária esta esclarecida? Eu acho que diante de tudo isso da para, se for necessário colocar em
1232votação, ou se é consenso entre os membros da plenária. A proposta de resolução encaminhada lida aqui
1233pelo Ferreira. Existe alguma discordância? Consenso? Algum contrário? Alguma abstenção? **Então fica**
1234**aprovada a resolução aqui apresentada pelo Ferreira talvez com alguma adequação que se**

201
202
203
204
205
206
207



ATA
3ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE
DO PARANÁ CES/PR



1235 **achar mais adequado, mas acho que a idéia é essa.** Acho que os outros encaminhamentos que foram
1236 discutidos aqui, principalmente com relação a ter mais atenção aos prazos para que nós não sejamos mais
1237 surpreendidos desta forma, tem que ser tomado os encaminhamentos, que a gente tenha isso bem claro
1238 com relação aos prazos, da LOA, LDO, do Plano de Saúde, de todos os desdobramentos, que seria o
1239 relatório de gestão, enfim, a agenda de saúde, enfim todas estas questões, e cada conselheiro também
1240 ficar atento, de repente lembrar de alguma questão, liga aqui para a Marlene, liga para a secretaria
1241 executiva, Marlene esta sendo visto tal questão, então acho que todos nós temos esta atribuição e este
1242 dever. **Elfrida** – SindSaúde. Eu particularmente não concordo com este encaminhamento, acho que uma
1243 das questões delicadas enquanto Conselho, enquanto controle social o acompanhamento, o processo de
1244 avaliação inclusive das questões pautadas, deliberadas e de você ter resposta, porque a impressão que dá
1245 é que você delibera e isso vai para uma gaveta, então eu acho que isso é uma competência da organização
1246 do Conselho, da mesa diretora, aprovamos uma resolução que tempo nós vamos ter de resposta dessa
1247 resolução e que encaminhamento ela se deu, porque eu acho que toda a agenda pautada, ela deve ter um
1248 feedback de avaliação e de resultados, senão parece que a gente esta mais numa reunião social aqui e que
1249 não é o caso. Então eu acho que é uma competência que eu penso num primeiro momento desse feedback
1250 ser feito pela mesa diretora de todas as deliberações feitas, para a gente ter a sensação de que nós de fato
1251 estamos fazendo o controle social e não participando de uma reunião social. **Carlos** – Federação dos
1252 Pastores. Acatando aqui a proposta do Marcos, que fez ali uma observação pontual com relação a questão
1253 de estar referendando esta questão, um documento que no caso para o Conselho não se faz um
1254 documento oficial, eu retiro então esta proposta da inclusão destes artigos 18, capítulo 5, da lei 19.406,
1255 mas encaminho que seja observado a lei anterior, os mesmos capítulos, que a gente sabe que se repete a
1256 mesma novela, e verificado se é prudente então nesta lei que já foi aprovada, já esta em execução a sua
1257 pertinência nesta resolução, que deixa claro que ao longo deste ano na execução da LDO teria, por é uma
1258 lei aprovada que na elaboração da próxima então que é assim a sua definição, que uma lei substitui a
1259 outra, entendam a lei de 19.406 a lei de orçamentária que esta sendo aprovada ou levada para a
1260 aprovação, discussão e aprovação é um projeto de lei, este projeto de lei ele vem se estabelecer para o
1261 cumprimento do ano seguinte de um outro projeto de lei que deixa de existir porque já foi passado seu
1262 tempo de vigoração, mas na execução deste projeto estabelece a forma que ele se faz, este ano que esta
1263 se executando a lei de diretrizes orçamentárias estabelecida e discutida em 2005, tem lá a forma em que a
1264 sociedade civil participa e de que forma ela deve ser colocada a par do que se discuti na elaboração da lei
1265 de diretrizes orçamentária, então eu estou retirando o que eu fiz de proposta porque é uma lei que não foi
1266 aprovada e o Marco tem toda a razão, mas coloco a observação de ser observada a anterior, então ele
1267 deixou de cumprir. **João Maria** – Só gostaria de lembrar a mesa se é pertinente, se vai ser votado ou não
1268 a questão do acompanhamento jurídico que eu solicitei para a mesa. Vai ficar para a próxima? Como fica?
1269 Por que nós não temos acompanhamento jurídico. **Valdir** – Eu acho que seria interessante os
1270 companheiros ajudarem a construir, até uma defesa que foi feito, porque a gente, fazer uma boa proposta
1271 de resolução, que não saia do afogadilho aqui de hoje. Para nós ajudarmos a construir esta proposta de
1272 resolução e que ponto de pauta na próxima reunião e a gente já partir para a negociação direta com a
1273 SESA para a contratação da acessória jurídica, então eu acho que o encaminhamento mais adequado seria
1274 este ponto. **Marcos** – Eu queria fazer uma colocação, até neste entendimento que vocês esta comentando
1275 ai, no final do mês dia 30, 31 tem uma reunião do Conselho, pode até ser aberta uma negociação com a
1276 secretaria, só que uma questão chata é o seguinte, nós estamos no dia 10, estamos tirando um documento
1277 que é uma manifestação pública, de descontentamento, de critica, de repúdio deste Conselho a condução
1278 de lei de diretrizes orçamentárias, então nós temos que dar divulgação para isso daí, o que eu senti em
1279 algumas falas é que agora tiram um documento que tem um peso aqui e senta em cima, não adianta, tem
1280 que colocar isso na mídia, então assim, se for o caso, tem que sair a resolução, e ai tem que sair uma
1281 manifestação pública, se transforma numa resolução e numa moção o mesmo documento, se é este o
1282 tramite da coisa. **Arlete Xavier** - Paranavai. Eu só gostaria a respeito da manifestação do companheiro
1283 no caso que ele se manifestou a respeito de divulgação. Eu particularmente eu sou contra porque este não
1284 é o papel do Conselho. O papel do Conselho é fiscalizador. Nós estamos em ano político, nós não sabemos
1285 quais as intenções que poderiam vir por trás disso, então nós somos a políticos, nós fazemos o nosso papel
1286 dentro daquilo que nós compete, é essa a minha opinião. **Carlos** – Questão de Ordem **Valdir** – Eu gostaria
1287 de pedir para as pessoas que participaram mais afoitamente dessa discussão, que até ajudasse a redigir

209
210
211
212
213
214
215



ATA
3ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE
DO PARANÁ CES/PR



1288propostas de matérias para a gente colocar no nosso boletim, então eu proponho que cada um mande as
1289suas propostas, para até o próxima reunião da Mesa Diretora para que a gente possa colocar no nosso
1290boletim. **Salim** – Eu acho que nós deveríamos dividir duas situações. Uma é que pelas informações esta
1291proposta orçamentária já esta na Assembléia. Na verdade eu só estou querendo fazer um encaminhamento
1292prático, nós teríamos que conseguir os anexos desse documento, porque aqui está apenas a idéia, os itens
1293principais, para a gente saber se realmente esta sendo aplicada os 12%, a discriminação desses 12%,
1294certamente nós vamos ter lá coisas que a gente não concorda, coisas que a gente pode até aprimorar
1295como o Dr. Ruy disse aqui, então a minha sugestão ainda se existe tempo, para que você tenha esta
1296discriminação e possa contribuir, porque até então hoje esta reunião era para que a gente tivesse isso e se
1297discutisse este projeto de lei para você tentar aprimorar que a sociedade seja mais bem atendida, essa é
1298uma questão. A outra como ele disse aqui é o acompanhamento, se o orçamento em relação ao ano
1299passado foi totalmente atendido ou não. Então a minha sugestão era que nós pudéssemos já que é um
1300documento que já foi aprovado, que não venceu todos os degraus e todas as etapas e este Conselho não
1301se posicionou não colaborou, não contribui para este processo, então é uma situação. Então o nosso papel
1302é tentar conseguir esses anexos para poder opinar, contribuir, aprimorar, o que eu estou sugerindo é que a
1303gente consiga isso, não sei como, onde está, como está esta discriminação. **Valdir – O** Ferreira pediu a
1304palavra e o Picorelli, eu só queria dizer o seguinte, o pessoal esta saindo para o almoço e nós temos que
1305tomar uma decisão, se nós vamos voltar a tarde para ver se tem alguma coisa a mais para a gente discutir
1306aqui, ou fazemos todas as amarrações e encerramos e ai a gente vai para o almoço e o Conselho define
1307isso. **Ferreira** – Primeiramente eu quero discordar da Arlete porque eu ficaria muito mais indignado do
1308que ela que faz parte da mesa, do que eu aqui como conselheiro, da ação do estado em relação ao
1309desrespeito ao controle social, como esta mesa representa o controle social em todo. Então para mim essa
1310questão de você colocar panos quentes, acho que não é a função deste Conselho, eu acho que a sociedade
1311tem que saber o que o estado esta fazendo na questão do orçamento da saúde, porque ela esta sofrendo
1312com essas ações do governo do estado em relação a saúde. Então nós temos a obrigação de estar
1313exteriorizando isso senão a gente não vai ter força política nunca de mudar as coisas, enquanto isso ficar
1314aqui dentro dessas quatro paredes, lá fora o pessoal vai votar em quem quiser por que não sabe das ações
1315deste governo, o que esta acontecendo e foi delegado a nós, a sociedade delegou a nós aqui esse poder de
1316estar fiscalizando e denunciando isso, então eu não discordo integralmente da companheira, acho que
1317quando o Marcos coloca como vai ser feita a nossa deliberação em relação, ou se vai ser uma proposta de
1318resolução, daí que eu vejo que há entendimento diferente em relação a resolução, e que eu vejo que se a
1319gente fizer uma votação de resolução aqui eu vejo que isso vai ficar parado, a gente não vai poder fazer as
1320ações que a gente deliberou já aqui com relação ao que nós vamos fazer com esta resolução que é mandar
1321para a assembléia, então eu estou vendo que vai ter uma posição aqui, inclusive do Dr. Ruy que a gente
1322não pode enviar para nenhum lugar porque não foi homologada pelo gestor ainda, isso vai ser colocado
1323aqui. Então a proposta do Marcos vem contra isso, a gente tem que exteriorizar isso, como que a gente
1324exterioriza? Se resolução vai depender do gestor, e é lógico que ele vai sentar em cima disso, como fez
1325com outras resoluções que a gente sabe que fez, e que até hoje não foi homologada, tem uma resolução
1326da saúde do trabalhador que não foi homologada até agora, então isso não foi homologado e de fato a
1327gente fez um ato político que colocamos essa resolução na roda da discussão para a sociedade. Então a
1328gente faz dessa forma, ou a gente faz uma moção com o mesmo teor desta resolução para que a gente
1329possa, o Conselho ter a liberdade de fazer a atuação dessa ação, da divulgação. Então fazer as duas coisas,
1330faz a resolução, inclusive fazer um ato político que o gestor não assinou esta resolução e faz a moção para
1331a gente poder ter liberdade de mandar para o que foi deliberado aqui, para a imprensa, para a assembléia
1332legislativa, para os deputados, para a gente divulgar moção o que for, uma deliberação que não passa pelo
1333crivo do gestor. Essa é a proposta. E a preocupação do companheiro ali foi a minha segunda proposta
1334quando eu coloquei as minhas duas propostas, que esta discussão não acaba aqui, eu acho que é uma
1335posição política do Conselho em relação a respeito ao controle social de não ter encaminhado os
1336documentos em tempo hábil para ser apreciado, mas o tempo hábil dentro da assembléia ainda existe,
1337então a gente pode fazer esta discussão de pedir os documentos necessários para fazer essa avaliação das
1338comissões e este Conselho tomar uma posição em relação a isso, um parecer do Conselho em relação a
1339LDO, para a assembléia legislativa, então são duas propostas diferentes. Uma é a posição política do
1340Conselho repudio, e a outra é uma posição em cima do documento que foi para a assembléia. **Manoel –**

217
218
219
220
221
222
223



ATA
3ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE
DO PARANÁ CES/PR



1341 Instituto Afro Brasileiro. Encaminhamento a mesa fez uma proposta de encerrar esta reunião ou voltar a
1342 tarde. Então se for para continuar discutindo então vamos votar se vamos parar ou voltar a tarde. **Valdir** –
1343 Tem 5 pessoas inscritas, então pelo o que eu estou entendendo as pessoas estão se posicionando, a gente
1344 não vai voltar a tarde. Então vamos dar a palavra para as 5 pessoas inscritas. **Ferreiro** – Existe proposta
1345 para a gente encaminhar, se nas falas que os companheiros vão colocar existe proposta diferente dessa
1346 gente vai apreciar a proposta, se não tiver a proposta e vai ser só posicionamento a gente coloca em
1347 votação. Essa é a minha proposta de encaminhamento para a mesa. Então a proposta que eu coloquei aqui
1348 são duas propostas, fazer a resolução no tramite legal da lei e fazer a moção de repúdio com o mesmo teor
1349 para a gente estar podendo trabalhar ela com relação a publicidade disso. Essa é a proposta. As outras
1350 questões que tem tempo hábil a gente pode discutir na próxima reunião, mas isso é de urgência, isso se
1351 coloca em apreciação, se tiver um proposta diferente dessa que o plenário se manifeste com proposta não
1352 com falas. **Marcos Ratto** – Questão de ordem tem 5 inscrições, acho que tem a proposta do
1353 companheiro aqui, dizendo o seguinte se essas 5 tiver outra proposta além dessa, então vamos encaminhar
1354 primeiro esta votação, do 5 vai sair mais 5, mais 10, e o quorum já esta no limite. **Picorelli** – A minha
1355 proposta seria, sendo que já esta na Assembléia Legislativa do estado do Paraná, nós vamos levantar o
1356 documento para ver o que tem lá, pode ser que o que tenha lá não entra como saúde como o promotor
1357 disse, então o que nós podemos fazer senta com o pessoal da assembléia para discutir isso, não é saúde,
1358 porque senão vai chegar lá e eles vão votar o que eles querem e não vão votar o que é saúde
1359 companheiro. **Elfrida** - SindSaúde. Na verdade eu acho que essas colocações já foram esgotadas neste
1360 sentido da discussão, a gente já se posicionou, e basicamente o encaminhamento seria que nós estaríamos
1361 emitindo essa resolução, e deliberando para a resolução e para a moção conitantemente e estaríamos
1362 utilizando base de texto dessa redação, eu quero ter assegurado, porque o Valdir fez uma fala posterior
1363 que isso seria, a partir desta reunião nós estamos votando a resolução e a moção com o texto apresentado,
1364 e encerraríamos posteriormente esta reunião, porque se nós deixarmos para depois debater, vai esvaziar,
1365 nós não vamos ter quorum, enfim acho que compromete toda a discussão que nós já tivemos. **Carlos** – É
1366 uma proposta minha que não seja a mesma coisa a resolução e a moção. Primeiro porque a Dr. Arlete fez
1367 um alerta com relação a questão do ano político, e com relação do que é o documento. Uma resolução o
1368 Dr. que esteve aqui do Ministério Público nós esclareceu. Uma moção é um conteúdo e tem uma
1369 interpretação, uma resolução é um conteúdo e tem uma interpretação. Então enquanto resolução o
1370 Conselho tem que se manter a político. **Ferreira**– Questão de encaminhamento, questão de ordem. O
1371 companheiro fez uma proposta e esta defendendo ela, não é para se defender, é para fazer a proposta. Se
1372 o plenário quer esclarecimento a gente vai abrir defesa dos dois lados. **Carlos** – Pertinente a fala do
1373 companheiro, então fica encaminhada a proposta. Não seja apenas a resolução o conteúdo da moção,
1374 porque a moção enquanto moção você pode acionar a imprensa, agora enquanto resolução você tem que
1375 ser pertinente. **Valdir** – Então tem essa questão. Uma que o texto da resolução também seja aprovado
1376 como uma moção dessa plenária, e a outra proposta é que seja redigido um outro texto talvez até com o
1377 mesmo teor mais um outro texto que seja a moção. **Apolinário** – Só para lembrar os companheiros, que
1378 no passado nós tivemos uma situação idêntica como esta aqui, e foi convocado a imprensa para estar aqui
1379 neste Conselho para que saíssem em todos os jornais para que saísse toda a situação para pelo menos
1380 justificativa dos conselheiros que são pagos para estar aqui defendendo a classe que estão lá no interior do
1381 Paraná nas suas regiões, e foi convocado e a mesa teve que esperar a imprensa a tarde para que se desse
1382 explicação dessa razão, é só puxar pela memória que nós vamos lembrar quando nós fizemos esta
1383 convocatória no mesmo horário para que a tarde a central de imprensa viesse aqui, e nós se reunimos a
1384 tarde para dizer, foi feito uma convocação para que todos os conselheiros viessem do interior do Paraná
1385 com todo o custo pago pelo dinheiro Público, pago pelo dinheiro da saúde e a situação esta nessa aqui que
1386 nós não conseguimos o documento, que já foi feito neste Conselho e não é a primeira vez que acontece
1387 isso aqui, eu acho que nós não devemos estar sentando em cima do documento como o conselheiro falou
1388 agora a pouco. **Valdir** – Acho que nós temos que esgotar esta questão da moção, se a gente aprova a
1389 moção com o texto da resolução ou se vai ser construído outro texto. **Marcos Ratto** – Questão de
1390 esclarecimento Sr. Presidente. Pelo que eu entendi, existe a proposta do Ferreira, pelo que eu estou vendo
1391 das falas e tenho conversado com os demais companheiros aqui já é consenso da grande maioria. Segundo
1392 a Dr. Arlete fez um posicionamento que seja diferente, então por gentileza que se encaminhe em votação
1393 aqui agora. Existe duas propostas. Que a moção e a resolução seja igual na integra como foi lido,

225
226
227
228
229
230
231



**ATA
3ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE
DO PARANÁ CES/PR**



1394consensual pelo que eu estou vendo aqui. E a segunda proposta que se faça a moção separadamente
1395pensando no processo político, caso de governador tal e secretário tal, então é duas propostas. A plenária
1396esta esclarecida eu acho que é esse o encaminhamento. **Valdir** – Eu quero saber se a plenária esta
1397esclarecida e se podemos colocar em votação. Proposta 1 a moção e resolução com o texto apresentado
1398pelo Jaime. Proposta 2 que a moção seja redigida com um texto diferente. Proposta 1 levante o crachá.
1399Proposta 2 levante o crachá. Abstenção? **Então foi aprovada a proposta 1, que a resolução**
1400**aprovada aqui e a moção com o mesmo texto. Arlete Xavier** – Questão de ordem. Eu pedi a palavra
1401faz tempo, muitas pessoas passaram pelo meu pedido. Eu gostaria só de esclarecer. Em momento algum
1402eu pedi para por panos quentes como o senhor disse senhor Ferreira, eu não falei em panos quentes, eu só
1403falei para o Conselho fazer o que for da sua atribuição, nada a mais além disso. **Picorelli** – Eu não sei se
1404todo mundo recebeu o informe da Bipartite, eu li aqui e tem coisas da Bipartite que vai ter que ser
1405discutida aqui nessas comissões e eu peço apoio da mesa, porque nós temos coisas aqui que tem que ser
1406discutida aqui na plenária do Conselho como TFD, o que é a regionalização que esta saindo no interior,
1407então poucas pessoas estão sabendo, vai ser discutido na Bipartite então senhor presidente nós estamos
1408pedindo vários pontos de pauta para a comissão de acesso e acesso a saúde. Um dos pontos de pauta
1409seria o TFD. **Elfrida** - SindSaúde. Eu acho que só para encerrar e o pessoal já esta saindo, a sugestão a
1410mesa que não esqueça que nós deliberamos que a partir dessa aprovação tanto a moção como a resolução
1411fosse divulgada porque como a assembléia vai estar votando dia 15 este assunto, que seja encaminhado
1412esses documentos em tempo hábil para os locais onde foi sugerido, ou seja, a assembléia, enfim todas as
1413deliberações citadas durante a reunião que estão na ata registrada. **Valdir** – Alguém esta com o texto da
1414moção aprovada? Desculpe eu falei errado, da resolução? Por favor passa para a Marlene. **Elfrida** – Valdir
1415é o mesmo texto e esta claro que a redação foi validada e a redação vai ser igual para os dois e a partir
1416disso a mesa delibera e faz os encaminhamentos solicitados. **Valdir** – A gente só pede que encaminhe
1417para a Marlene para a gente dar esses encaminhamentos por favor. **Ruy** – Sr. Presidente. Um informe e
1418também um pedido especial aos conselheiros e suas entidades. Principalmente a (?) que esta sendo
1419prejudicada. Que se manifeste com urgência a comissão de saúde das assembléias o pedido de (?). E
1420também repetindo o que nós falamos no início que a mesa diretora pactue, agende para a próxima reunião
1421o pacto de saúde, e que a próxima reunião com o horário mais amplo, o dia todo, porque tem muita coisa a
1422discutir. **Valdir** – Então diante do que já foi discutido e deliberado, damos por encerrada esta reunião e a
1423todos um bom dia e bom proveito do que foi discutido e debatido aqui. Boa tarde a todos. Não tendo mais
1424nada a constar, a Secretaria Executiva do CES/PR lavrou a presente ata, que vai assinada pelo Presidente,
1425Dr. Francisco Eugênio Alves de Souza _____ e pela 1ª Secretária
1426do CES/PR, Sandra Tolentino _____